

MICHAEL R. KRÄTKE

TRADUÇÃO DE CÉSAR MORTARI BARREIRA

## MARX E A HISTÓRIA MUNDIAL

Recebido em 03/04/2023

Aprovado em 04/04/2023

# MARX E A HISTÓRIA MUNDIAL<sup>1</sup>

*Toda a história deve ser novamente estudada!*

*Friedrich Engels (1890)<sup>2</sup>*

## Resumo

Com base em escritos de Marx publicados no âmbito das coleções *Marx-Engels-Gesamtausgabe 2* (Mega 2), *Marx-Engels-Werke* (MEW), além de quatro cadernos com trechos e notas inéditos que fazem parte do espólio Marx-Engels no Instituto Internacional de História Social (IISG), em Amsterdã, dentre outras fontes, busca-se aqui refletir sobre o estatuto da história mundial em Marx. As evidências parecem indicar que é preciso abandonar a ideia de uma filosofia da história na obra do grande pensador.

**Palavras-chave:** Marx, história mundial, filosofia da história, capitalismo.

## MICHAEL R. KRÄTKE

Professor do Departamento de Sociologia da Lancaster University (UK); é especialista na obra de Marx e Engels e faz parte do Conselho da edição crítica das obras completas de Marx (Mega 2)  
E-mail: [m.kraetke@lancaster.ac.uk](mailto:m.kraetke@lancaster.ac.uk)

ORCID: <https://orcid.org/000-0002-1290-3210>

## CÉSAR MORTARI BARREIRA

Doutor em Teoria e Filosofia do Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisador e diretor executivo do Instituto Norberto Bobbio.

<sup>1</sup> O presente artigo foi originalmente publicado na revista alemã *Beiträge zur Marx-Engels-Forschung* (Neue Folge 2014/15, p. 133-177). Agradecemos a seu editor, Rolf Hecker, a autorização para traduzi-lo e publicá-lo neste periódico. Ressalte-se porém que a versão aqui apresentada é em certa medida inédita, pois contém várias atualizações e acréscimos efetuados pelo autor que não constam do original.

Excepcionalmente, por razões editoriais, mantivemos a configuração original do artigo, tanto em extensão quanto em notas de pé de página e referências bibliográficas.

<sup>2</sup> Engels para Conrad Schmidt, 5 de agosto de 1890. In: *Mar-Engels-Werke* (MEW) 37, p. 436

## **Abstract**

Based on Marx's writings published in the scope of the *Marx-Engels-Gesamtausgabe 2* (Mega 2), *Marx-Engels-Werke* (MEW) collections, as well as four notebooks with unpublished excerpts and notes which are part of the Marx-Engels collection at the International Institute of Social History (IISG), in Amsterdam, among other sources, an attempt is made to reflect on the status of world history in Marx. The evidence seems to indicate that it is necessary to abandon the idea that there is a philosophy of history in the work of this great thinker.

**Keywords:** Marx, world history, philosophy of history, capitalism.

## Marx e a “história conjectural”

Marx é considerado o (co)inventor da chamada “concepção materialista da história”, ainda que ele não tenha utilizado o termo “materialismo histórico”. Sem um estudo profundo da história, sem um conhecimento preciso da imensa e caótica massa de “fatos”, de documentos, de objetos encontrados de todos os tipos, de tradições, de história escrita – e assim já interpretada –, não se pode conceber algo como uma “teoria da história”, ou, mais precisamente, do “curso da história mundial”. Para as ciências sociais, toda a história da humanidade é simultaneamente objeto e material. Portanto, elas são ciências “históricas e sociais”. De forma breve e programática (e equivocada), uma frase no manuscrito fragmentado da *Ideologia alemã* diz: “conhecemos apenas uma ciência, a ciência da história”<sup>3</sup>. Ainda assim, ambos os autores “nunca se afastaram ... em substância”<sup>4</sup> desta posição inicial.

Para Marx e Engels, história significa ciência social – empírica e teórica –, não filosofia. Assim, eles rompem com qualquer filosofia da história. Sua própria concepção é o resultado de estudos históricos e deve servir como um “guia” para estudos posteriores. É nesse sentido que Marx (e Engels) apresenta sua nova concepção da história, em 1859, no prefácio de *Para a crítica da economia política*<sup>5</sup>. Um guia não é uma filosofia da história. Trata-se – nem mais, nem menos – de um conjunto de hipóteses, suposições bem fundamentadas sobre as relações causais entre “fatos” observáveis, mensuráveis e comparáveis, com uma forte ênfase em grandes mudanças, em processos de formação (um termo hegeliano)<sup>6</sup> e de transformação das sociedades humanas.

---

<sup>3</sup> MEW 3, p. 18. Esta é uma variante textual.

<sup>4</sup> Alfred Schmidt: *Geschichte und Struktur. Fragen einer marxistischen Historik*, München 1971, p. 36. Ver também Max Raphael: *Zur Erkenntnistheorie der konkreten Dialektik*, Paris 1934, p. 11.

<sup>5</sup> MEW 13, p. 8.

<sup>6</sup> Nas *Linhas Fundamentais da Filosofia de Direito*, Hegel fala de formação no sentido de apropriação através do trabalho, formação do solo ou do produto da natureza, compreendidos como fundamento da posse e da propriedade privada (conforme § 54, § 56, § 196, § 203, § 204).

Os guias, no entanto, devem ser revisados de tempos em tempos para que mantenham seu valor de uso. Foi exatamente isso que Marx, junto com Engels, fez repetidas vezes. Seus extensos estudos históricos, retomados e continuados durante toda uma vida de pesquisa, são o fundamento real – muitas vezes negado ou suprimido – de toda sua teoria político-econômica. Uma vez que – após a publicação do primeiro volume de *O capital* – ele continuou, até o final de sua vida, a lutar contra os problemas não resolvidos de sua crítica da economia política, problemas que de forma alguma diziam respeito apenas à “forma de apresentação”, foi correto e coerente retomar os estudos históricos.

A compreensão de Marx e Engels da história como ciência social é influenciada pela tradição da “história conjectural” do Iluminismo francês (inicial) e pela tradição da “história teórica ou conjuntural” do Iluminismo escocês. Ambas as tradições foram dirigidas explícita e implicitamente contra uma historiografia puramente narrativa. Seus protagonistas queriam explicar a história de forma causal, analisar seu curso – ou seja, dissecá-la em momentos, períodos ou épocas particulares –, entender a sequência de épocas históricas como desenvolvimentos e, assim, compreender o nexo dos acontecimentos a partir do contexto das respectivas instituições dominantes. Como os pensadores do Iluminismo francês e escocês, Marx e Engels sustentam a possibilidade de uma teoria da história: a história mundial possui um significado e uma direção reconhecíveis<sup>7</sup>.

Nos manuscritos de 1857/58 (conhecidos como *Grundrisse*), a advertência contra os saltos histórico-filosóficos é expressa várias vezes. Inequivocadamente, Marx se volta contra as falsas generalidades que sempre foram populares entre filósofos (históricos) e historiadores amadores: nelas, todas as diferenças históricas são apagadas ou jogadas fora, ao passo que momentos falsamente abstratos são isolados, “com os quais nenhuma etapa histórica

---

<sup>7</sup> Cf. sobre a “história conjectural”: Phyllis K. Leffler: The “Histoire Raisonnée” 1660–1720. A Pre-Enlightenment Genre. In: *Journal of the History of Ideas*, Vol. 37, No 2 (1976), p. 219–240). Sobre a “história teórica e conjuntural”, ver: H. M. Hopfl: From Savage to Scotsman. Conjectural History in the Scottish Enlightenment. In: *Journal of British Studies*, Vol. 17, No 2 (1978), p. 19–40.

real de produção é e pode ser compreendida”. Daí a popularidade dessas abordagens enquanto “lugar-comum fantasioso”, forma irrisória com a qual Marx se dirigiu aos filósofos sociais de seu tempo que escreviam ao acaso<sup>8</sup>.

Entretanto, a nova concepção da história continua sendo uma “grande teoria” que transcende o “alcance médio”. Ela deve cobrir todo o curso da história mundial, desde o início até o presente da “história contemporânea”, fornecendo uma chave útil para explicar até mesmo os mais intrincados eventos históricos. Essa “grande” teoria ainda não é uma historiografia que deve provar seu valor de uso. Marx escreveu pouco que possa ser lido como história no sentido contemporâneo: dois trabalhos fulminantes, cada um sobre uma “peça da história contemporânea” francesa – *As lutas de classe na França e O 18 de brumário de Luís Bonaparte*; muitos artigos de jornais sobre eventos políticos, nos quais ele tomou a liberdade de entrar na pré-história e, portanto, apresentou esboços históricos mais detalhados – a série de artigos sobre a Espanha revolucionária é um bom exemplo disso; além do estudo histórico (também uma série de artigos) sobre a História secreta da diplomacia do século XVIII.

O que ele ainda tinha a dizer sobre o curso da história política e econômica está contido nos manuscritos e trabalhos preparatórios para sua *crítica da economia política*, incluindo as partes de *O capital* publicadas durante sua vida. Neste, com todos os seus pontos fortes e fracos, Marx lida com apenas uma época – embora de importância crucial – e modo de produção histórico, o capitalismo moderno. Mas a pretensão explicativa de sua teoria da história vai muito além: ela também deveria ser capaz de iluminar a sucessão de “épocas progressivas da formação econômica da sociedade”, ou seja, “em linhas gerais”, os modos de produção “asiático, antigo, feudal e burguês”, tal como Marx os denomina no prefácio de *Para a crítica da economia política*, em 1859<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> Veja seu esboço da introdução (publicado apenas postumamente) aos *Manuscritos Econômicos de 1857/58* (MEW 13, p. 618, 620 e 616; *Marx-Engels-Gesamtausgabe 2 - Mega 2 II/1.1*, p. 24, 26 e 22).

<sup>9</sup> MEW 13, p. 9. E por que não as “épocas regressivas” ou as épocas de estagnação? Marx obviamente ainda está seguindo o exemplo dos pensadores do Iluminismo escocês e sua teoria dos quatro estágios, na qual o “progresso” da humanidade foi do estágio inicial dos caçadores-coletores à “sociedade comercial” do presente (Escócia no século XVIII).

Para desagrado dos representantes da “nova leitura de Marx”, os três volumes de *O capital* e todos os manuscritos e trabalhos preparatórios estão cheios de história. Não apenas no 24.º capítulo do primeiro volume – sobre a assim chamada *acumulação originária* – mas em todos os lugares, desde a primeira até a última seção ou capítulo. No entanto, se a crítica de Marx à economia política não é um tratado histórico-filosófico, ela também não é um tratado histórico-econômico. *O capital* é um livro profundamente histórico sobre um assunto histórico, uma investigação não apenas das “leis do movimento”, mas também e sobretudo das “leis de desenvolvimento” do modo de produção capitalista. Ou seja: nem a história do capitalismo nem sua pré-história são tratadas aqui, mas ambas estão sempre presentes na apresentação de Marx. O que temos diante de nós não é nem um estudo do capitalismo industrial na Inglaterra vitoriana no auge do Império Britânico – por volta de 1860 –, nem a apresentação de um capitalismo construído idealmente, de “forma pura”.

Marx utilizou ocasionalmente (no final de seu primeiro rascunho do terceiro volume de *O capital*, escrito em 1864/65) a metáfora da “média ideal”, emprestada da geologia, enquanto forma de expressão destinada a um tipo especial de apresentação dos estratos geológicos. Nela, as camadas que podem ser encontradas empiricamente na crosta terrestre são colocadas em uma ordem “ideal”, de modo que elas simplificam esquematicamente tanto a sequência como a duração das sucessivas idades da Terra (com base na espessura das camadas “ideais”). Com isso é ilustrada uma teoria geológica sobre o curso da história da Terra, seus principais períodos e a importância destes<sup>10</sup>. Se levarmos este discurso a sério – tão a sério quanto alguns representantes da “nova leitura de Marx” que, no entanto, parecem não conhecer seu significado –, então só podemos concluir que Marx tinha algo

---

<sup>10</sup> Cf. MEW 25, p. 839. Marx realizou estudos geológicos minuciosos desde 1851 e, portanto, sabia muito bem o que era uma “média geológica” (ou perfil dos estratos). Os manuais e livros didáticos da época falam frequentemente de “médias ideais” (ou seja, perfis de estratos construídos para fins de demonstração) (cf., por exemplo, *Anleitung zum naturwissenschaftlichen Beobachten für Gebildete aller Stände, I. Geologie*, de Henry Thomas de la Beche, Berlin 1836, p. 3 etc.). É bem conhecido e documentado que Marx sabia muito sobre as ciências naturais de seu tempo e tomou emprestado delas ensinamentos metodológicos e terminológicos.

semelhante em mente: incorporar a história do capitalismo como uma sequência de períodos idealizados (concebidos como tipos ideais) na apresentação de suas categorias básicas e, assim, mostrar que as relações designadas por estas categorias têm uma história – elas mudam seu significado e peso – e, por isso, possuem uma posição relativa. O dinheiro não é simplesmente dinheiro, assim como as mercadorias não são e não permanecem simplesmente mercadorias. O mesmo acontece com o capital e o trabalho assalariado.

O assunto é complicado e difícil porque Marx tem a ambição simultânea de esclarecer não apenas o progresso técnico e o crescimento, não apenas a acumulação, mas também a própria dinâmica do capitalismo de “acumulação acelerada” no “ciclo industrial” (como ele batizou o novo fenômeno do ciclo comercial e do ciclo de crise), ou seja, toda a forma peculiar de movimento do capitalismo moderno<sup>11</sup>. Este é um programa extremamente ambicioso e pode-se até mesmo discutir se Marx conseguiu realizá-lo razoavelmente<sup>12</sup>. Mas uma coisa é certa: não se pode entender a teoria do valor de Marx, sua teoria do dinheiro, sua teoria do trabalho assalariado ou qualquer parte de sua economia crítica, muito menos o todo, se estas não forem compreendidas enquanto elementos necessários à explicação de um processo de desenvolvimento econômico no tempo histórico e no espaço geopolítico.

O que se encontra na seção final do primeiro volume de *O capital* – na apresentação anterior do desenvolvimento de métodos de produção especificamente

---

<sup>11</sup> Rosa Luxemburgo caracterizou adequadamente a teoria de Marx como a “teoria do desenvolvimento capitalista” (Rosa Luxemburgo: Karl Marx, em: *Gesammelte Werke*, Vol. 1.2, Berlim 1970, p. 370). Por sua vez, Joseph Schumpeter intitulou sua análise da dinâmica capitalista – publicada pela primeira vez em 1911 e inspirada em Marx – “Teoria do Desenvolvimento Econômico” (na verdade, trata-se do desenvolvimento capitalista moderno e somente sobre isso).

<sup>12</sup> A visão de que este era um programa impossível e irredimível, que a teoria marxista só poderia ser salva dividindo a análise do capitalismo – ao contrário das intenções de Marx – em uma teoria “pura” do capitalismo “ideal”, uma teoria dos “estágios” ou “períodos” do desenvolvimento capitalista e, em terceiro lugar, a história do capitalismo, ainda hoje é mantida pela escola dos marxistas japoneses, fundada por Kozō Uno em 1945. Isto não é novidade. Tugan-Baranowsky afirmou, já em 1905, que na crítica de Marx à economia política existiam elementos bastante díspares, “uma teoria social e econômica abstrata” e, ao lado dela, o “estudo da história concreta e das tendências de desenvolvimento do capitalismo”, sendo que cada “parte do sistema tem um caráter fundamentalmente diferente” (Mikhail Tugan-Baranowsky: *Theoretical Foundations of Marxism*, Leipzig, 1905, p.VI).

capitalistas – e nas primeiras versões inacabadas das seções quatro (sobre a história do capital comercial), cinco (sobre a história do capital de crédito e juros) e seis (sobre a história da propriedade fundiária) do terceiro volume são esboços mais ou menos elaborados da história do capitalismo<sup>13</sup>. O capítulo sobre *a assim chamada acumulação originária* é, bem compreendido, um desmascaramento e uma refutação do mito da origem do capitalismo que os economistas políticos cultivavam na época (em alguns casos até hoje). Marx contrasta essa mitologia com um esboço do processo de emergência do capitalismo em alguns países da Europa Ocidental, nem mais nem menos. Para a segunda edição alemã – e mais uma vez para a edição francesa do primeiro volume –, ele o expandiu consideravelmente. Mas mesmo a versão ampliada permanece um esboço, com o qual é dada uma chave de leitura para a história do capitalismo. Ainda assim, Marx de forma alguma oferece algo como a história em si. Ao imprudentemente inserir uma seção sobre o fim do capitalismo no final deste capítulo (a famosa sétima seção sobre a tendência histórica da acumulação capitalista), ele mesmo abriu a porta para leituras políticas e histórico-filosóficas de *O capital*<sup>14</sup>.

Ainda assim, Marx contradizia claramente a leitura filosófica da história. Em novembro de 1877, ele esboçou uma refutação a uma crítica de sua teoria que havia aparecido no número de outubro do jornal político-literário russo *Otetschestwennyje Sapiski*. Ele se opôs à “tentativa de transformar meu esboço histórico da emergência do capitalismo na Europa Ocidental

---

<sup>13</sup> A peça central e mais bem trabalhada da história analítica e teoricamente orientada do capitalismo está no primeiro volume de *O capital*. Em seus capítulos 12 e 13, Marx apresenta um “esboço histórico” do desenvolvimento da indústria manufatureira e de grande escala, limitado a “grandes características gerais” (MEW 23, p. 391). Antes disso, no capítulo 8, ele esboça a história da luta de classes pela jornada padrão de trabalho, ou seja, o início da legislação de proteção à fábrica e ao trabalhador na Inglaterra (ibid., p. 258-320). Esses estudos nucleares da análise marxiana do capitalismo sempre foram um espinho para os intérpretes de um Marx filosoficamente purificado: eles são considerados “históricos” e, portanto, passagens supérfluas, meras ilustrações que só perturbam o belo curso da derivação de conceitos. Por sua vez, esta perspectiva é completamente inapropriada e até inaceitável para os marxistas-leninistas como reação à sua falsa leitura da sequência histórica em etapas (na qual primeiramente teríamos a época da mais-valia absoluta, seguida da época da produção de mais-valia relativa). Isto porque, em todo o caso, Marx teria feito uma distinção muito clara entre um “período de manufatura” e um “período de grande indústria”. A utilidade dessa periodização para uma história analítica geral do capitalismo divide opiniões.

<sup>14</sup> Cf. ibid, p. 789–791. Pode-se discutir se foi sensato incluir esta seção na apresentação.

em uma teoria histórico-filosófica do curso geral do desenvolvimento, algo que seria fatalmente prescrito para todos os povos, quaisquer que sejam as circunstâncias históricas em que eles se encontrem”. Marx defendeu o estudo preciso e comparativo dos desenvolvimentos históricos (e contemporâneos) que levam em conta “os distintos entornos sociais”. Nesse sentido, até poderiam ser encontradas explicações históricas coerentes para os fenômenos mais intrincados, mas nunca “com a chave universal de uma teoria histórico-filosófica geral cujo maior mérito é ser transistórica”<sup>15</sup>. Se esta perspectiva soa quase como uma rejeição da ideia de “guia” presente em seus escritos anteriores sobre a teoria da história, ela faz todo sentido quando a relacionamos com o estado de seu trabalho em meados dos anos 1870.

Na versão francesa do primeiro volume de *O capital*, Marx reduz cada vez mais a reivindicação de validade de sua teoria geral para os países da Europa Ocidental, pelo menos aqueles que seguem o modelo de industrialização da Inglaterra. Ao mesmo tempo, ele enfatiza a diversidade de padrões e modelos no curso do desenvolvimento capitalista. Naquele momento (1867 a 1873-75), a Inglaterra poderia ser o “local clássico” do modo de produção capitalista, mas nem sempre foi assim. Outros “países modelo” do desenvolvimento capitalista a precederam: no século XVII, no auge do capitalismo comercial, a Holanda foi “a nação capitalista modelo” ou o “país modelo de desenvolvimento econômico, como a Inglaterra é hoje”<sup>16</sup>. Uma vez que Itália, Portugal, Espanha e Flandres têm períodos tanto de esplendor – nos quais lideram o desenvolvimento capitalista – como de inequívoco declínio – no caso de Veneza, Gênova, depois Portugal e finalmente Holanda –, Marx avança na compreensão de que uma nação capitalista se limita a “financiar” as empresas capitalistas de outros estados. Tudo isso só pode ser afirmado partindo-se de alguma ideia do curso do desenvolvimento

---

<sup>15</sup> Karl Marx: [Carta aos Editores do “*Otetschestwennyje Sapiski*”]. Em MEW 19, p. 111/112. Marx nunca enviou esta réplica, que só foi publicada postumamente em 1887.

<sup>16</sup> MEW 23, p. 779, MEW 25, p. 616. Segundo Marx, na Holanda, o comércio de mercadorias, o comércio monetário, o crédito comercial, as manufaturas, o sistema colonial, os títulos do governo (ou seja, o sistema de crédito público) e todo o crédito internacional que acompanhou o comércio marítimo, foram os mais desenvolvidos.

histórico do capitalismo moderno. Daí a possibilidade de determinar seus pontos altos, “considerar cada momento no ponto de desenvolvimento de sua plena maturidade, seu classicismo”<sup>17</sup>. Mas também seria plausível ter a ousada ideia de que na história do capitalismo (como nos outros modos de produção e formas de sociedade) existe “toda uma série de tipos primários, secundários, terciários etc.”, como Marx sugere em 1877<sup>18</sup>.

A essa altura, Marx já sabia: não há apenas um, mas muitos capitalisms. Não há apenas um caminho de industrialização, mas vários. Não há uma sequência de períodos ou estágios de desenvolvimento para o capitalismo, mas muitos. Nesse sentido, pode ser útil distinguir toda uma série de tipos e subtipos do capitalismo moderno, diferentes padrões e nações modelo. Aqueles que querem escrever a história analítica do capitalismo devem fazer economia política comparativa, como Adam Smith, como James Stewart. Eles precisam do “senso histórico” altamente desenvolvido que poucos dos economistas políticos do período clássico tinham<sup>19</sup>.

Os manuscritos de Marx sobre *O capital* estão repletos de considerações metodológicas e notas marginais. Isso não chega a ser surpreendente, uma vez que, nestes textos, o autor fala para si mesmo. Mas mesmo no primeiro volume de *O capital* tais observações podem ser encontradas, finamente polidas e pontuadas. Por exemplo: Marx critica as primeiras tentativas (de Wilhelm Schulz e outros) de definir as máquinas como ferramentas compostas. Do ponto de vista econômico, esta explicação é inútil “porque lhe

---

<sup>17</sup> Foi assim que Engels se expressou em sua resenha de *Para a crítica da economia política*, de 1859 (MEW 13, p. 475), que hoje é muitas vezes menosprezada (embora Marx a tenha aprovado e, a propósito, destinado a um público não acadêmico).

<sup>18</sup> Karl Marx: [Rascunhos de uma resposta à carta de V. I. Sassulitsch]. [Primeiro rascunho]. Na versão da carta que Marx finalmente enviou, todas essas diferenciações não aparecem mais (cf. MEW 19, p. 242/243).

<sup>19</sup> Outras alusões ao curso do desenvolvimento capitalista são encontradas, não por acaso, em suas numerosas (fragmentárias, apenas parcialmente trabalhadas) interpretações da história teórica da economia política (como nas seções teórico-históricas em *Para a crítica da economia política*, nas partes teórico-históricas dos *Manuscrito econômico de 1861-1863* e nas numerosas – muitas vezes bastante longas – notas de rodapé do primeiro volume de *O capital*).

falta o elemento histórico”<sup>20</sup>. Sem traços históricos, sem o elemento histórico, nenhum conceito econômico apropriado ao seu objeto pode ser formado. Isto se aplica a toda a teoria apresentada em *O capital*. Para expressar o elemento histórico dos conceitos econômicos, não é necessária uma história econômica completa, mas os “traços analíticos principais”<sup>21</sup> da história industrial recente (e mais antiga), da história do dinheiro, da história do mercado, da história da propriedade fundiária, etc. – algo que Marx também tenta oferecer nos pontos sistematicamente corretos.

Quem quiser determinar a *differentia specifica* do capital, quem, além disso, quiser entender a *differentia specifica* do dinheiro, do crédito, do comércio, que resultam do “desenvolvimento do comércio e da ... produção baseada nele”, deve pelo menos ter uma ideia do curso deste desenvolvimento. A determinação da *differentia specifica* pode ser “tanto o desenvolvimento lógico quanto a chave para entender o histórico”, como Marx ocasionalmente observa<sup>22</sup>. Entretanto, esse “desenvolvimento lógico”, ou seja, uma definição conceitual que visa uma *differentia specifica* histórica (em relação aos modos de produção pré-capitalistas e no interior do modo de produção capitalista), pressupõe uma concepção já teórica (hipotética e analítica) do desenvolvimento histórico.

Outro exemplo: a “história mundial” aparece de forma bastante inesperada novamente no primeiro volume de *O capital*, no quarto capítulo, momento no qual Marx introduz o “trabalhador assalariado livre” como vendedor de força de trabalho no mercado de trabalho. Marx argumenta que o dinheiro só pode ser transformado em capital sob a condição de que os donos do dinheiro e os capitalistas potenciais encontrem no mercado o “trabalhador livre”, ou seja, a “mercadoria força de trabalho”. Ele continua: “e essa condição histórica compreende toda uma história

---

<sup>20</sup> MEW 23, p. 392.

<sup>21</sup> A formulação adequada vem de Friedrich Engels [resenha do primeiro volume de *O capital*, para o “Staats-Anzeiger für Württemberg”], in: MEW 16, p. 229; Mega 2 I/21, p. 41.

<sup>22</sup> Karl Marx: *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie*. In: MEW 42, p. 573.

mundial. O capital anuncia, portanto, desde seu surgimento, uma nova época ...”<sup>23</sup>. Nos *Manuscritos econômicos de 1857/58*, como nos manuscritos posteriores, há numerosas alusões a esta “história mundial” do surgimento do trabalho assalariado moderno. Como o dinheiro e o mercado, os trabalhadores assalariados livres estão lá para o capital – ele os encontra num mercado de trabalho rudimentar, antes que o modo de produção capitalista comece a produzir não apenas capital, mas também trabalhadores assalariados.

Isto também se aplica às outras categorias da economia política, das mais simples e abstratas às mais complexas e concretas. Todas elas trazem um traço ou muitos “traços históricos”. Categorias como mercadoria, dinheiro, troca (ou mercado), também contêm uma história mundial que se estende por milênios. É claro que esses conceitos têm um significado histórico, uma história, que suas determinações formais se alteram no curso do desenvolvimento capitalista. A mercadoria, inicialmente concebida por Marx como a “forma elementar” da riqueza da sociedade capitalista e como pressuposto elementar do capital, é claramente diferente da mercadoria tal como ela emerge do processo de produção capitalista, como “produto do capital”. Ambas são material e formalmente diferentes, algo enfatizado por Marx acima de tudo no manuscrito de 1863/64 (no final do 6.º capítulo de *Resultados do processo imediato de produção*)<sup>24</sup>.

Essa diferença mostra um passo histórico epocal: da troca de mercadorias (que inclui a “circulação desenvolvida de mercadorias” e algumas formas completamente “desenvolvidas” de produção de mercadorias), do “comércio e mercado mundial”, com o qual “a história da vida moderna do capital começa no século XVI” (como é dito, de forma “histórica”, no primeiro

---

<sup>23</sup> MEW 23, p. 177 e 184. Desta forma, Marx segue o entendimento que já havia obtido em 1858, enquanto trabalhava no primeiro rascunho de Para a crítica da economia política (manuscrito que sobreviveu apenas como um fragmento, conhecido como Urtext): “a forma dialética da apresentação só é correta se conhecer seus limites” (Mega 2 II/2, p. 91).

<sup>24</sup> Ver Mega 2 II/4.1, p. 24 e p. 33-34.

volume de *O capital*)<sup>25</sup>, aos métodos de produção historicamente específicos, industrialmente desenvolvidos pela produção capitalista de mercadorias<sup>26</sup>. Vendo-se estes elementos (ou formas elementares) em conexão, como momentos de processos econômicos (processos de troca, processos de produção, processos de reprodução), então eles têm uma história que pertence à longa história do capitalismo. Mas eles também pertencem à grande história do mercado mundial (no qual os sujeitos atuantes de muitos modos de produção e troca coexistentes se encontram, às vezes pacificamente, às vezes guerreando). No entanto, Marx nunca resolveu satisfatoriamente o problema da apresentação que ele colocava para si mesmo: “forma dialética” aqui e acolá.

### **Marx estuda a história mundial**

Marx formulou sua intenção teórica uma vez mais em 1880: “abrir o caminho para o socialismo crítico e materialista, que procura tornar inteligível o desenvolvimento real e histórico da produção social”<sup>27</sup>. Ele nunca se afastou disso. Seu objetivo era e continuava sendo o de dar ao movimento socialista uma base sociocientífica sólida, e não uma filosofia política. Pouco depois, durante 1881/82, Marx escreveu quatro cadernos cheios de trechos

---

<sup>25</sup> MEW 23, p. 161. Que Engels não estava tão errado em sua leitura é afirmado pelo próprio Marx no primeiro volume de *O capital*: os produtos do trabalho tornam-se mercadorias em maior escala somente sob certas condições históricas, ou seja, quando a divisão do trabalho dentro da sociedade já se desenvolveu o suficiente e “o divórcio entre valor de uso e valor de troca, que só começa no comércio de troca imediata, já foi concluído”. No entanto, “tal estágio de desenvolvimento é ... historicamente comum às mais diversas formações sociais econômicas” (ibidem, p. 184). Ou nos *Manuscritos econômicos de 1857/58*: por um lado, a determinação do valor em sua “pureza e generalidade” tem como pressuposto uma certa “etapa histórica do modo social de produção” e “está ligada a ela, ou seja, trata-se de uma relação histórica”. “Por outro lado, momentos individuais da determinação do valor se desenvolvem em estágios iniciais do processo histórico de produção da sociedade e aparecem como seu resultado” (Karl Marx: *Economic Manuscripts 1857/1858*, in: MEW 42, p. 177).

<sup>26</sup> O mesmo se aplica à forma do valor ou à sequência das formas do valor, o brinquedo favorito dos seguidores de novas e muito recentes leituras de Marx. Ali Marx também “historiciza” tudo o que tem valor. Não é coincidência que as formas mais primitivas do valor reapareçam em Marx nos excertos etnológicos da década de 1870, notadamente ao considerar as relações de troca mais simples.

<sup>27</sup> Karl Marx: [“Misère de la philosophie”]. In: MEW 19, p. 229.

sobre o curso da história mundial<sup>28</sup>. São quatro livros de exercícios em formato A5, com uma capa de papelão marmoreado sólido e encadernação em linho preto. Engels deu os seguintes títulos aos cadernos, em etiquetas retangulares coladas:

“Excertos Cronológicos I, 96 até + 1320 aproximadamente”.

“Excertos Cronológicos II, aproximadamente 1300 até 1470”.

“Excertos Cronológicos III, aproximadamente 1470 até 1580”.

“Excertos Cronológicos IV, aproximadamente 1580 até 1648”.

Os quatro cadernos foram escritos à mão por Marx (portanto, relativamente legíveis). Os trechos e comentários ocasionais estão escritos na mistura de idiomas característica da forma de trabalho de Marx: predominantemente alemão, com inglês, latim, italiano, francês, espanhol, e até mesmo alguns trechos em russo. Os cadernos fazem parte do espólio Marx-Engels no Instituto Internacional de História Social, em Amsterdã<sup>29</sup>. A grande maioria destes trechos e notas são inéditos, mas sua publicação na seção IV da Mega 2 (volume IV/29) já está planejada. Seu conteúdo trata das obras de dois historiadores contemporâneos a Marx: *História dos povos da Itália*, de Carlo Guiseppe Guglielmo Botta, publicado em três volumes em Paris, em 1825; e *História mundial para o povo alemão*, de Friedrich Christoph Schlosser, publicado pela primeira vez em 6 volumes e, finalmente, em 18 volumes durante os anos de 1844 e 1857, em Frankfurt. O primeiro caderno contém os trechos do livro de Botta, os três seguintes os trechos da obra de Schlosser.

---

<sup>28</sup> A *Crônica de Marx*, de 1934, menciona os estudos renovados de Marx sobre a história romana no inverno de 1879/80 (ver: Karl Marx. *Crônica de sua vida em dados individuais*. Marx-Engels-Lenin-Institut, Moscou 1934, p. 375), mas não seus estudos posteriores e trechos sobre a história mundial. Hal Draper os menciona em seu *Marx-Engels Chronicle*, situando-os no período “do final de 1881 ao final de 1882” (Hal Draper: *The Marx-Engels Chronicle. A Day-by-Day Chronology of Marx e Engels' Life and Activity*, New York, 1985, p. 220).

<sup>29</sup> Ver *Internationaal Instituut voor Sociale Geschiedenis*, Amsterdam, Marx-Engels Nachlass (doravante: IISG, MEN), B 108/B 157, B 109/B 158, B 110/B 159 e B 111/B 160.

Schlosser era professor de História na Universidade de Heidelberg desde 1817, e foi um verdadeiro sucesso entre os historiadores alemães. Ele havia iniciado sua ambiciosa tentativa de escrever um relato completo de todos os fatos históricos conhecidos – *História Mundial em uma narrativa coerente* –, em 9 volumes, publicado em Frankfurt entre 1815 e 1824. A versão em 18 volumes de sua história mundial, que foi distribuída na Alemanha num total de 27 edições até pouco antes da Primeira Guerra Mundial, foi compilada em sua maior parte por seu aluno Georg Ludwig Kriegk, a partir de trabalhos e palestras anteriores de Schlosser<sup>30</sup>. Marx, que seguiu de perto a literatura científica alemã, estava bem ciente de que estava lidando com um historiador estrela de seu tempo, um homem que defendia uma visão altamente idealista da história e não se afastava de contundentes avaliações subjetivas<sup>31</sup>.

O fato de que ele conhecia e utilizou seu trabalho antes de embarcar nos *Excertos Cronológicos* é demonstrado pelas duas breves e amigáveis menções a Schlosser em seu trabalho preparatório para o capítulo sobre a *História Crítica da Economia Nacional e do Socialismo*, de Dühring, inserido no *Anti-Dühring* de Engels. Marx respondeu aos comentários arrogantemente condescendentes de Dühring sobre David Hume, citando em suas notas “o honesto e velho Schlosser que adorava Hume”<sup>32</sup>, ou, no rascunho posterior do capítulo, que “o bom e velho Schlosser” tinha algo a dizer sobre Hume. Assim, no texto destinado a um público alemão sem formação acadêmica ou com formação acadêmica parcial, Marx só poderia escrever sobre uma personalidade conhecida, autora de um livro amplamente lido e respeitado para as camadas sedentas de formação.

---

<sup>30</sup> Ver Michael Gottlob, Friedrich Christoph Schlosser (1786–1861): Weltgeschichte für das deutsche Volk. In: Volker Reinhard (Hrsg.): Hauptwerke der Geschichtsschreibung, Stuttgart 1997, p. 574–577. A *História mundial* de Schlosser, assim como seu ainda mais bem-sucedido *História dos séculos XVIII e XIX* (1823), foram traduzidos para o francês, inglês, russo, holandês e espanhol.

<sup>31</sup> Schlosser era o típico estudioso apolítico alemão, que, no entanto, deve receber crédito por não gostar do nacionalismo que dominava na época por toda parte. Sobre a vida e o trabalho de Schlosser, ver Michael Gottlob: *Geschichtsschreibung zwischen Aufklärung und Historismus*. Johanna von Müller e Friedrich Christoph Schlosser, Frankfurt a. M. 1989.

<sup>32</sup> *Mega* 2 1/27, p. 144 e 197. No texto publicado do artigo, há apenas a menção ao “velho Schlosser” (p. 417).

Botta, por sua vez, tinha estudado medicina e atuado como médico militar. Defensor ferrenho da Revolução Francesa e, depois, bonapartista, escreveu uma *História da Guerra da Independência dos Estados Unidos* e vários trabalhos sobre a Itália. Primeiro *História da Itália de 1789 a 1814* (Paris, 1824), em cinco volumes. Logo após, *História dos povos da Itália* – que Marx leu e fichou – e, depois, *História da Itália continuada a partir de Guicciardini*, de 1534 a 1789 (Paris, 1832), em dez volumes. Vale notar que um exemplar de *História dos povos da Itália* estava na biblioteca de Marx, com numerosos apontamentos<sup>33</sup>. Segundo a lista do acervo, Marx também possuía um exemplar da *História mundial* de Schlosser<sup>34</sup>. Os volumes provavelmente foram herdados de seu amigo Wilhelm Wolff, que faleceu em 1864<sup>35</sup>.

No início da década de 1950, Wolfgang Harich compilou uma coleção de textos clássicos sobre a história alemã, incluindo Marx, Engels, Lenin e Stalin. O primeiro volume desta edição contém trechos selecionados dos excertos de Marx sobre Schlosser, principalmente do caderno IV<sup>36</sup>. Tais trechos – que compreendem um pouco menos de um sexto do total dos excertos – abordam os mais variados eventos e pessoas da história alemã do século XVI e da primeira metade do século XVII, tais como: política; lutas pelo poder; ascensão e queda de grandes e pequenos governantes; grandes e pequenas ações estatais; legislação; administração; grandes e pequenas reformas; guerras; paz;

---

<sup>33</sup> Na lista de obras recuperadas da biblioteca de Marx e Engels, o exemplar do *História dos povos da Itália* de Botta, que estava na posse de Marx, é descrito da seguinte forma: “nos dois primeiros volumes encontram-se numerosas anotações feitas à mão em alemão, inglês e francês. As notas nas margens do texto dizem respeito a datas, fatos históricos e algumas observações que complementam e avaliam o texto do livro” (*Ex libris Karl Marx und Friedrich Engels. Schicksal und Verzeichnis einer Bibliothek*. Introdução de Bruno Kaiser, catálogo e aparato científico de Inge Werchan, Berlin 1967, p. 36f). No inventário da biblioteca de Marx, compilado por Roland Daniels em 1850, não há nenhuma referência a Botta ou Schlosser. Isso ocorre porque Marx adquiriu estes livros muito mais tarde.

<sup>34</sup> Ver “Die Bibliotheken von Karl Marx und Friedrich Engels. Annotiertes Verzeichnis des ermittelten Bestandes”. In: *Mega* 2 IV/32, p. 586f. O livro *História dos povos da Itália* também aparece listado (p. 158).

<sup>35</sup> Cf. Christian Gottfried Nees von Esenbeck e Carl Georg Althusen, *Dokumentation zur Bibliothek von Wilhelm Wolff*, in: *Beiträge zur Nachmärz-Forschung, Schriften aus dem Karl-Marx-Haus* 47, Trier 1994, p. 193 e 230.

<sup>36</sup> Ver *Marx-Engels-Lenin-Stalin: Zur deutschen Geschichte. Aus Werken, Schriften, Briefen. In drei Bänden. Besorgt vom Marx-Engels-Lenin-Stalin-Institut beim ZK der SED, Band I: Von der Frühzeit bis zum 18. Jahrhundert*, Berlin, 1953.

comércio; ascensão e queda das dinastias; fundação, ascensão e queda dos Estados e impérios; diplomacia; tratados; documentos importantes; religião e, sobretudo, questões relacionadas à Igreja como poder secular, político; além de estudos sobre a Reforma e Contra-Reforma e, para usar um comentário marxiano no texto, sobre a “luta entre capital e Rei” – em suma, sobre o longo e intrincado processo de formação do Estado na Europa<sup>37</sup>.

Estes trechos são claramente estruturados e ordenados cronologicamente, embora Marx às vezes se refira a desenvolvimentos posteriores ou eventos anteriores. Há poucos comentários feitos à mão nestas seções publicadas. Por exemplo, Marx ocasionalmente corrige os erros de Schlosser. Nos casos em que há algum comentário, ele resume desenvolvimentos longos e complexos (por exemplo, sobre desenvolvimentos políticos importantes e relevantes economicamente ou sobre os pressupostos econômicos dos conflitos políticos) ou fornece mais informações sobre os eventos, colocando-os no sentido que ele [Schlosser] quis dizer.

### **Os estudos históricos de Marx – de 1843 até 1882<sup>38</sup>**

Os excertos de Schlosser são apenas os últimos de uma longa série de trabalhos e estudos preparatórios sobre o curso da história mundial que nosso autor continuou desde 1843 até os últimos anos de sua vida. Como já destacado, esses estudos – os *faute de mieux* “históricos” – estão intimamente ligados ao curso de suas reflexões econômicas. As análises sobre história (europeia e não europeia) e especificamente de história geral, história política, história jurídica, história econômica e social, história cultural, história

---

<sup>37</sup> Portanto, não é por acaso que Marx tenha visto este processo de formação do Estado em uma conexão histórica direta com o surgimento e desenvolvimento do capitalismo moderno.

<sup>38</sup> No Apêndice I de sua edição dos excertos de Marx do livro de M. M. Kovalevsky sobre a propriedade comum, Hans-Peter Harstick deu uma excelente e exaustiva descrição do campo de leitura de Marx no âmbito da historiografia. Há, também, uma lista completa dos escritos (tanto excertos como notas marginais) lidos por Marx. Cf. Hans-Peter Harstick (Ed.). Karl Marx über Formen vorkapitalistischer Produktion. Frankfurt/Nova York 1977, pp. 233-263). Portanto, só entrarei em alguns dos estudos de Marx no período mencionado, na medida em que sejam relevantes para compreender seu (renovado) estudo sobre a história mundial em 1881/82.

da tecnologia e das ciências, formam a base sobre a qual Marx constrói suas análises político-econômicas do capitalismo moderno.

Marx tinha desfrutado de boas aulas de história no ginásio em Trier. Em Bonn e Berlim ele estudou direito e ouviu numerosas palestras sobre a história jurídica romana, medieval e moderna. Como jovem jornalista, rapidamente percebeu que seu conhecimento não era suficiente para dar sequer uma palavra sobre eventos econômicos do cotidiano. Ele tentou remediar esta deficiência através de um estudo assíduo, de tal modo que, tanto no que se refere aos estudos sobre história econômica e social como no campo da economia política, Marx foi um autodidata. O mesmo não pode ser dito acerca da história jurídica. No entanto, a documentação de seus estudos universitários é bastante fragmentada, contendo apenas alguns dos excertos que ele fez durante esses anos (apesar das anotações sobre história da arte terem sobrevivido, o mesmo não pode ser dito sobre os estudos de história jurídica e outros tópicos)<sup>39</sup>.

No inverno de 1843/44 Marx começou a estudar economia política, lançando-se primeiro sobre os grandes teóricos da economia política francesa e inglesa – Say, Mill, Smith, Ricardo, MacCulloch e, por último mas não menos importante, Friedrich Engels –, os quais ele ainda não conhecia, a não ser pelas referências contidas nos escritos de Hegel ou por nome. Somente mais tarde, em setembro de 1846, ele começou a estudar e fazer anotações sobre a monumental história econômica de Gustav von Gülich – *Apresentação histórica do comércio, dos ofícios e da agricultura nos Estados comerciais mais importantes* –, publicada em cinco volumes em Jena, de 1830 a 1845. O livro de Gülich foi uma obra clássica no tempo Marx. Todas as pessoas cultas o leram e usaram, inclusive Goethe<sup>40</sup>. O assíduo estudo da história econômica,

---

<sup>39</sup> As notas sobreviventes documentando os estudos marxianos filosóficos e históricos de arte em Bonn e Berlim foram publicadas no Mega 2 volume IV/1.

<sup>40</sup> Em 16 e 17 de junho de 1830, Johann Wolfgang von Goethe observou em seu diário: “mais tarde, li o relato histórico do comércio de Gustav von Gülich, [...] elogiei Gustav von Gülich (para Meyer), *História do comércio* pp. e compartilhei muitas coisas dele” (Goethes Werke, Herausgegeben im Auftrage der Großherzogin Sophie von Sachsen, III. Abteilung, Goethes Tagebücher, 12. Band, 1829 – 1830, Weimar 1901, p. 257-258).

financeira e social, de setembro de 1846 a dezembro de 1847, sempre com o Gùlich em mãos, deu a Marx uma base confiável sobre a qual ele pode continuar trabalhando<sup>41</sup>.

Antes e depois disso, ele se lançou repetidamente ao estudo da história política, primeiro, em Kreuznach e em Paris, ao estudar a história moderna francesa. Antes de abandonar o plano de escrever uma “História das Convenções”, ele estudou a fundo a história da França e de outros países europeus a partir de julho de 1843, em Kreuznach<sup>42</sup>. Assim, não foi por acaso que Marx retomou uma obra clássica que era amplamente utilizada e elogiada na época: *História dos Estados europeus*, do professor de História de Göttingen Arnold Hermann Ludwig Heeren e do geógrafo Gotha Friedrich August Ukert, publicada em vários volumes entre 1819 e 1830. A partir desta coleção, Marx estudou a *História da França*, de Alexander Schmidt, a *História da Suécia*, de Erik Geijer, a *História da Inglaterra*, de Johann Martin Lappenberg, a *História da França na Era da Revolução*, de Wilhelm Wachsmuth, e a *História dos Alemães*, de Johann Christian Pfister. Além disso, ele se dedicou a outros livros e escritos sobre a história francesa, inglesa, polonesa e alemã, até mesmo um pequeno excerto do *História da República de Veneza*, de Pierre Daru<sup>43</sup>.

---

<sup>41</sup> Ver Mega 2 IV/6, p. 3–973. O excerto de Gùlich é, até onde sei, o mais longo de todos os excertos sobreviventes sobre economia política. Marx parece tê-lo utilizado repetidas vezes mais tarde (Cf. Heinzpeter Thümmler: *Gustav von Gùlich und die Erarbeitung der Gùlich-Exzerpte durch Karl Marx*. In: *Marx-Engels-Jahrbuch* 7, Berlin 1984, p. 201–225).

<sup>42</sup> Estes estudos foram feitos no âmbito da planejada – mas nunca escrita – “Crítica da Política”. O que Marx tinha em mente pode ser encontrado em um breve esboço, dividido em 11 capítulos ou seções, em seu caderno de notas de 1844, o mesmo no qual ele também escreveu as teses – muito mais conhecidas – sobre Feuerbach. O tema central é, claramente, o “Estado moderno” em contraposição ao “Estado antigo”, ou seja, o Estado da sociedade burguesa que se põe contra e acima da sociedade burguesa, desde sua “gênese” na Revolução Francesa até sua “suspensão” simultânea à sociedade burguesa. A ênfase dos estudos, por sua vez, remete às instituições do Estado moderno, à análise de sua Constituição e às diferentes formas que o “Estado representativo” pode tomar (Cf. Karl Marx: *Notizbuch aus den Jahren 1844–1847*. In: *Mega* 2 IV/3, p. 11).

<sup>43</sup> Todos os chamados Cadernos de Kreuznach estão publicados na *Mega* 2 IV/2. Marx deve ter gostado da coleção editada por Heeren e Ukert, já que correspondia em grande parte aos seus interesses de pesquisa: “a partir das próprias fontes”, diz o prefácio dos editores, “deve ser apresentada a história dos governantes, bem como dos governados, sem preferência por qualquer partido, por qualquer classe. Será mostrado como se desenvolveu a Constituição, como foi formado o terceiro Estado, o que aconteceu em termos de administração e finanças, em termos de economia [...] para que se possa ver como, ao longo do tempo, cada Estado se tornou o que é [...]” (Prefácio dos editores, em: Johann Christian Pfister, *Geschichte der Teutschen. Nach den Quellen*, Vol. I, Hamburgo 1829, p. IV).

Na década de 1850, durante o exílio em Londres, Marx retomou seus estudos históricos. Nos *Cadernos de Londres*, escritos entre 1850 e 1853, os trechos dos escritos dos economistas ingleses e franceses são predominantes. Mas Marx também se aprofundou nos relatos da história monetária, através do estudo de vários trabalhos antigos e alguns mais novos, principalmente a *História do dinheiro*, de Germain Garnier, publicada em 1819 e então considerada uma obra clássica, e o livro de William Jacob sobre a história dos metais preciosos, de 1831, além de outros escritos deste autor sobre a história da agricultura. Marx ainda estudou intensivamente o trabalho em quatro volumes do filólogo clássico August Böckh, *A economia pública dos atenienses*, de 1817, e duas obras – *História do dinheiro e das finanças* e *História do comércio* – do principal historiador econômico alemão da época, Johann Georg Büsch.

Além disso, ele estudou toda uma série de outros trabalhos de autores ingleses sobre a história da dívida pública inglesa e do sistema bancário inglês<sup>44</sup>. Ele também leu e fez anotações de outros livros de Heeren: o *Manual da História do Sistema Político Europeu e suas Colônias*, cuja terceira edição, publicada em Göttingen, em 1819, e *Ideias sobre Política, Conversações e Comércio dos Povos Antigos*, do qual Marx fichou apenas a primeira parte sobre os povos asiáticos<sup>45</sup>. Ao mesmo tempo, Marx se dedicou a uma série de obras em inglês sobre a história colonial. Após descobrir, em 1851, o historiador de Bonn Karl Dietrich Hüllmann, ele leu e fichou *Cidades da Idade Média* (4 volumes, 1826-29), *História da Origem dos Estamentos na Alemanha* (3 volumes, 1806-08), *História da origem do principado alemão* (1842) e, por fim, *História financeira alemã na Idade Média* (1805)<sup>46</sup>.

---

<sup>44</sup> Esses excertos estão publicados na Mega 2 IV/7.

<sup>45</sup> Ver Mega 2 IV/9, p. 502-515, 365-371 e 454-460 O interesse de Marx em Heeren é fácil de entender, pois o professor de Göttingen foi um dos primeiros a ligar sistematicamente a história política com a história econômica, financeira e técnica. Por isso mesmo, ele pode ser descrito sem receios como um pioneiro burguês da concepção econômica ou materialista da história.

<sup>46</sup> Cf. IISG, MEN, Sign. B 60.

O ano de 1852 também foi marcado por mais excertos sobre a história geral: de Wilhelm Wachsmuth, Marx leu *História Geral da Cultura*, de 1850-1852, e *História Europeia dos Costumes*, de 1831-1839; há também um pequeno excerto do *História Geral da Cultura da Humanidade*, de 1842-1853, de Gustav Klemm; e outro excerto do terceiro volume da edição francesa do livro de Heeren *Ideias sobre Política, Conversações e Comércio dos Povos Antigos*, publicada pela primeira vez em 1793-1796<sup>47</sup>. No ano seguinte, Marx estuda a história da Índia, notadamente a partir do livro de Robert Pattons, *Os princípios das Monarquias Asiáticas*, de 1801, e retoma o livro de Wachsmuth sobre os costumes<sup>48</sup>. No mais, para sua série de artigos que abordavam os eventos que aconteciam em solo espanhol, Marx realiza amplos estudos sobre a história da Espanha<sup>49</sup>.

Entre setembro de 1853 e julho de 1854, Marx produziu quatro cadernos de excertos, nos quais tratou extensivamente da diplomacia, ou seja, da política externa ou das relações entre os Estados europeus<sup>50</sup>. Mais uma vez, Marx retoma um trabalho clássico – *Esboço de uma História Diplomática dos Tratados dos Estado Europeus e dos Tratados de Paz: desde o final do século XV até a Paz dos Amiens de 1807* –, de Georg Friedrich von Martens, professor de direito natural e direito internacional em Göttingen, fundador da moderna ciência “positiva” do direito internacional. Marx faz algumas anotações do principal trabalho de Martens – *Coletânea dos principais Tratados de Alianças, Paz, Trégua, Neutralidade*, iniciada em 1791 e continuada com inúmeros adendos –, o qual conhecia muito bem. Por sua vez, o longo excerto do Esboço trata da história das guerras e conflitos entre Estados europeus de 1477 até meados do século XVIII. Em trechos detalhados, Marx aborda particularmente bem os principais Tratados de Paz: a Paz de Vestfália, de

---

<sup>47</sup> Cf. IISG, MEN, Sign. B 62 e 63.

<sup>48</sup> Cf. IISG, MEN, Sign. B 63–66. Ao mesmo tempo, Marx estudou a história da Rússia, a história das nações eslavas, a história da Grécia e, especialmente, a história da Igreja Ortodoxa Grega, seguida da história da Igreja Ortodoxa Russa, além da história da Polônia e da Lituânia (cf. *ibid.*, B 67 e 68).

<sup>49</sup> Eles foram publicados na Mega 2 IV/12.

<sup>50</sup> Estes cadernos de excertos também foram publicados na Mega 2 IV/12.

1648; a Paz de Ryswijk, de 1697; a Paz de Utrecht, de 1713; a Paz de Viena, de 1738; e, finalmente, a Paz de Aachen, de 1748, que marcou o fim das guerras da sucessão austríaca.

Também são encontradas recorrentes, breves e resumidas observações sobre a “situação da Europa”, isto é, o sistema europeu de Estados em certos momentos históricos (suas considerações levam em conta o final do século XV, os anos de 1600 e 1660, indo até os anos 1700 e 1740). Marx está claramente preocupado com as linhas de desenvolvimento das grandes políticas europeias, incluindo a Rússia e o Império Otomano, além dos Estados individuais e suas mutáveis alianças<sup>51</sup>. Em um dos cadernos de notas e excertos, que Marx começou em 1854 e continuou nos anos seguintes, há pela primeira vez um excerto comparável àqueles de Schlosser, referente à *História mundial* de Gustav Struve, que apareceu entre 1853 e 1864 em 9 volumes. Os trechos são curtos – apenas seis páginas em caligrafia extremamente concisa – e cobrem o período de 1133-1806 com notas dos seus principais eventos políticos<sup>52</sup>.

No decorrer de 1856, Marx leu e redigiu pela primeira vez excertos da *História dos séculos XVIII e XIX*, de Schlosser, cuja tradução para o inglês apareceu em oito volumes entre 1843 e 1852. O excerto é relativamente curto – dez páginas manuscritas – e apresenta apenas alguns eventos principais do período descrito por Schlosser, registrados em breves palavras-chave<sup>53</sup>. No mesmo caderno há outras notas e trechos sobre a história da Inglaterra, da Rússia e dos países e povos nórdicos. Marx continuou esses estudos com outras anotações sobre a história russa, sueca, britânica, francesa e novamente inglesa, sobre a história da Áustria-Hungria e dos países da região do Danúbio<sup>54</sup>. Nos cadernos de 1857 há também uma breve nota sobre

---

<sup>51</sup> Cf. *ibid.*, p. 65-87 e 260-300. Cf. também Volker Külow: Marx' Exzerpte aus Georg Friedrich von Martens. "Grundriss einer diplomatischen Geschichte". Anmerkungen zum Platz der Göttinger Historikerschule im historiographischen Schaffen von Karl Marx, in: Marx-Engels-Forschungsberichte, Nr. 6, Leipzig 1990, p. 132-146.

<sup>52</sup> Cf. IISG, MEN, Sign. B 76a. Em paralelo, ele continuou a estudar a história dos impérios nórdicos, a história dos povos eslavos e a história da Inglaterra.

<sup>53</sup> Cf. IISG, MEN, Sign. B 78.

<sup>54</sup> Cf. IISG, MEN, Sign. B 80 e 82.

Schlosser – Marx anotou seu julgamento sobre o papel histórico de Napoleão – e um excerto sobre a *História dos alemães*, de Johann Georg August Wirth (1842-45, em 4 volumes)<sup>55</sup>.

Em 1860-61, Marx retomou seus estudos de história inglesa, polonesa e russa. No mesmo caderno anteriormente citado há um excerto relativamente longo – 20 páginas –, escrito à mão, intitulado “Crônica da História do Estado Europeu”. Ele cobre eventos do período entre 1510 e 1856, e sua principal fonte parece ser a *História do Sistema Estatal Europeu e suas Colônias*, de Heeren (1809, sendo a 5.<sup>a</sup> edição de 1830)<sup>56</sup>. Foi somente em 1868-69, após a publicação do primeiro volume de *O capital*, que Marx retomou os estudos históricos, paralelamente aos esboços e manuscritos inacabados para os próximos volumes de *O capital*. Ele se lançou uma vez mais na história da propriedade fundiária e descobriu, junto com Engels, as obras de Georg Ludwig Konrad von Maurer – jurista e historiador do direito, tendo lecionado em Munique, tornou-se a mais importante fonte de informação para ambos ao estudar a história das relações da propriedade fundiária na Alemanha. No inverno de 1868/69, Marx começou com a *Introdução à história da constituição da fronteira, do tribunal, da aldeia, do Estado e do poder público* e continuou a trabalhar nela em seus cadernos subsequentes<sup>57</sup>.

Em 1869, Marx voltou a entrar em contato com as *Estatísticas Comparadas da Europa* (1865), de Hausner, anotando extensos trechos – mais de 60 páginas em minúscula caligrafia. Ao mesmo tempo, continuou seus estudos sobre a história da Irlanda<sup>58</sup>. Nos anos seguintes, principalmente de 1875 a 1878, ele empreendeu outro grande esforço, escrevendo vários cadernos de anotações com trechos da história russa, especialmente da história agrária. Ele também estudou três extensas obras do professor de história de Bonn Karl Dietrich Hüllmann, *História do comércio dos gregos*, de 1839, *História*

---

<sup>55</sup> Cf. IISG, MEN, Sign. B 89.

<sup>56</sup> Cf. IISG, MEN, Sign. B 96, p. 30-50.

<sup>57</sup> Cf. IISG, MEN, Sign. B 111 e 112.

<sup>58</sup> Cf. IISG, MEN, Sign. B 114, p. 55-112, e B 115.

do comércio bizantino, de 1808, e *História financeira alemã na Idade Média*, de 1805 – estes trechos preenchem um caderno inteiro<sup>59</sup>. Por sua vez, os extensos trechos da *História da constituição da fronteira na Alemanha* (1856), da *História da propriedade feudal, das fazendas e da constituição de sua ordem legal na Alemanha* (1862/1863), e da *História da constituição das aldeias na Alemanha* (1865/1866), todos de Mauer, preenchem quase completamente três cadernos<sup>60</sup>.

Imediatamente depois, Marx se lançou no estudo de outra obra: *Ensaio sobre a história da propriedade territorial na Espanha*, do jurista, publicista e político conservador Francisco de Cárdenas Espejo, publicado em dois volumes em Madri, em 1873 e 1875. O excerto de Cárdenas – escrito em uma mistura de alemão, inglês e espanhol – também é longo, compreendendo dois cadernos e meio<sup>61</sup>. Marx estava particularmente interessado na apresentação de Cárdenas das instituições do feudalismo espanhol, desenvolvidas na luta secular contra os reinos mouros, em uma longa sucessão de violentas expropriações de terras. Durante o mesmo período, ele estudou outros escritos sobre a história da constituição agrária russa, sobre o direito anglo-saxão, e voltou mais duas vezes à *História financeira alemã* de Hüllmann<sup>62</sup>. Já em 1878, ele leu e fez apontamentos do livro do jurista (e político) italiano Stefano Jacini, *A propriedade fundiária e as populações agrícolas na Lombardia*, de 1856<sup>63</sup>.

Em 1879 e 1880, Marx fez outra tentativa de aprofundar seu conhecimento sobre a história romana. Desta vez ele estudou as obras de vários autores alemães: *As revoltas dos trabalhadores não livres – 143-129 a.C.*, do economista Karl Wilhelm, publicado em Frankfurt no ano de 1874; *Apresentação da história dos costumes de Roma no período de Augusto até o final de Antonine*,

---

<sup>59</sup> Cf. IISG, MEN, Sign. B 129.

<sup>60</sup> Cf. IISG, MEN, Sign. B 133-135.

<sup>61</sup> Cf. IISG, MEN, Sign. B 135, 136 e 137.

<sup>62</sup> Cf. IISG, MEN, Sign. B 146 e 148.

<sup>63</sup> Cf. IISG, MEN, Sign. B 153.

de Ludwig Friedländer, publicado em três volumes em Leipzig, entre 1863 e 1871; as mais longas e detalhadas anotações e excertos se referem à obra em três volumes de Ludwig Lange, *Antiguidades romanas*, cujo primeiro volume apareceu em Berlim em 1856. Finalmente, Marx leu e anotou o monumental trabalho de dois volumes de Rudolf von Jhering sobre *O espírito do direito romano nos vários estágios de seu desenvolvimento*, publicado em Leipzig entre 1852-54. Estes excertos e notas sobre a história romana são bastante extensos (46 páginas bem rabiscadas), e estão em um caderno que contém notas ainda mais extensas sobre a história da Índia, Argélia, América Central e do Sul<sup>64</sup>. Os autores que Marx leu foram, em seu tempo, historiadores ou juristas respeitáveis. Jhering, por exemplo, foi um importante representante da escola histórica do direito e um pioneiro da sociologia do direito. Sua virada jurídico-teórica em direção à perspectiva histórico-sociológica do direito, distante da jurisprudência conceitual, está exposta nos excertos inacabados de Marx.

Nos trechos retirados da *Antiguidades romanas* – de Lange – e da *História dos costumes de Roma* – de Friedländer –, Marx focalizou as mudanças na unidade familiar, no direito matrimonial e de família, além do direito de propriedade em um sentido mais amplo, no qual as relações entre indivíduos, famílias e seus clãs (famílias estendidas) – por exemplo, as tribos – também desempenham um papel. Em passagens mais longas, Marx resume a apresentação de Lange acerca do poder do *pater familias* romano sobre os membros de sua família – esposa, filhos e netos, trabalhadores livres, escravos, servos, gado, casa e terra – em outras palavras, os componentes centrais da economia doméstica romana na cidade e no campo. Isso significa que o desenvolvimento do direito de propriedade romano está direta e intimamente relacionado às mudanças no tamanho e composição dessas economias familiares urbanas e rurais. Ambas iluminam as alterações na estrutura

---

<sup>64</sup> Cf. IISG, MEN, Sign. B 156 e 140. Além dos quatro excertos sobre a história romana aqui mencionados, o caderno contém extensos trechos sobre a história da Indonésia.

social da sociedade antiga, apontando para modificações subjacentes em suas práticas econômicas<sup>65</sup>.

### **Como Marx estudou a história mundial?**

Estes excertos e notas sobre o curso da história mundial foram escritos enquanto Marx trabalhava intermitentemente nos manuscritos dos dois últimos livros de *O capital*. No verão de 1881 ele interrompeu o trabalho no último manuscrito para o segundo livro planejado e, no verão de 1882, o mesmo ocorreu com o terceiro livro, ambos permanecendo inacabados. Por que ele se envolveu em extensos estudos da história mundial durante este período, ao invés de, como seria de se esperar, estudar a história econômica do capitalismo? Somente analisando mais de perto os excertos e notas é possível entender o significado dessas digressões do velho Marx<sup>66</sup>.

Não se trata, aqui, de uma pesquisa original, tampouco de uma coleção de material, porque a maior parte do que Marx lê ali ele já sabe. Afinal, em 1881-82 ele não estava lidando com o curso da história europeia (e de outras regiões) pela primeira vez, como é demonstrado por suas correções ocasionais de erros factuais, especialmente na História mundial de Schlosser<sup>67</sup>. Trata-se, portanto, de uma nova tentativa de compreensão pessoal dessas temáticas, um trabalho preliminar que poderia levar a uma reformulação, uma expansão e/ou diferenciação da “diretriz” que ele havia publicado em 1859 no prefácio de *Para a crítica da economia política*.

---

<sup>65</sup> Estes excertos sobre a história romana serão publicados pela primeira vez no volume IV/27 da Mega 2.

<sup>66</sup> Reconstruir os desvios em um longo processo de pesquisa – no caso de Marx, algo que durou quarenta anos – nunca pode ser mais do que compreender um significado presumivelmente pretendido. Em sua correspondência com Engels, Kugelmann, Lassalle e muitos outros, tanto as inúmeras breves descrições, os comentários e avaliações do estado de seu trabalho como os resultados alcançados são muitas vezes imprecisos e ocasionalmente enganosos.

<sup>67</sup> Isto levou os editores do IISG a acrescentarem à descrição dos cadernos de excertos que os trechos vieram da *História mundial* de Schlosser e “outras fontes”. Isto é sem dúvida verdade. Marx já havia feito extensos estudos históricos e, portanto, frequentemente tomou a liberdade de corrigir as informações de Schlosser, mas não fez nenhuma referência a outras literaturas.

Nos excertos, Marx geralmente segue a apresentação de Botta ou Schlosser, mas de forma alguma em todos os detalhes. Ocasionalmente ele os corrige, se referindo a fatos que esses autores negligenciam ou classificam incorretamente. Cronologicamente ordenado, às vezes olhando para frente e para trás, ele registra eventos, atores importantes e suas ações, mas não em benefício próprio. Pessoas, famílias, clãs e dinastias são importantes, pois sem atores individuais e coletivos não há ação histórica. Nesse sentido, alguns indivíduos são mais importantes do que outros, e Marx não hesita em destinar um espaço para as “grandes personalidades”, mesmo que seja para contradizer suas lendas. Assim, para compreender os excertos é necessário atentar para o resumo, a combinação, a ordem e a avaliação do material – muito do qual já era conhecido por ele, em parte através da leitura que encontra nos livros fichados de Botta e Schlosser –, sendo igualmente importante considerar os raros comentários, às vezes algumas palavras, às vezes parágrafos curtos. Isso significa que Marx permanece Marx – ele não está estudando por diversão, ele está perseguindo um interesse específico de pesquisa.

A abrangência dos estudos históricos de Marx, incluindo os excertos de 1881/82, é impressionante: desde a pré-história e o início da história, na medida em que são acessíveis, até a antiguidade grega e romana, a antiguidade tardia, a Idade Média europeia e os tempos modernos (segunda metade do século XIX). Não há aqui qualquer discurso eurocentrista – Marx de modo algum considera a história mundial nos termos de uma “história mundial europeia”, mesmo que suas duas principais fontes (Botta e Schlosser) o sugiram. Ele estuda a história da Ásia, do Oriente Médio, do mundo islâmico, da América, da Ásia (com três pontos focais: Índia, China e Ásia Central), além do estudo da história da África (do Norte). Marx também lida em profundidade com todas as regiões da Europa, desde o Norte (Escandinávia), o Oeste (França, Inglaterra, Alemanha), o Sul (Portugal, Espanha, Itália, Balcãs), até o Leste (Europa Oriental incluindo a Rússia). Há, ainda, espaço para o estudo da história colonial das mais importantes potências europeias, e também a história das regiões colonizadas pelos europeus (América do Norte, América Latina, Indonésia, Norte da África).

O que chama a atenção nos estudos de Marx é a combinação de ações políticas, ou seja, estatais, muitas vezes legais – e ainda mais frequentemente militares – com desenvolvimentos tecnológicos e econômicos. Como é de se esperar de um autor com uma visão “materialista” ou realista da história, Marx repetidamente se debruça sobre o que suas fontes oferecem em termos de informações sobre a “base” econômica – e, sobretudo, sobre a forma como os poderes políticos influenciam, mudam e reformulam essa “base”, intencionalmente ou não. Repetidamente, ele registra detalhes sobre a legislação tributária, a administração financeira, a organização do aparato estatal, a divisão territorial da administração pública, a organização da igreja, a estrutura da organização militar ou suas reformas. Os poucos comentários que Marx faz no texto referem-se ao papel histórico de pessoas individuais – como Martinho Lutero ou Thomas Münzer – que foram transformadas em lendas. Nesse sentido, Marx lê Schlosser a contrapelo, por assim dizer, contra sua visão centrada nas ações estatais e sua visão moralizadora do poder enquanto algo eterno e em si mesmo “maligno”. Em especial, Marx estava ciente de que Schlosser estava envolvido num tipo bastante peculiar de “história do Iluminismo”, com uma visão “filosófica” da história caracterizada por julgamentos morais altamente subjetivos sobre pessoas, ações e eventos. A abordagem de Schlosser sobre as fontes era ingênua, acrítica, tendo como base seu julgamento moral e a confiança no “curso natural e necessário das coisas”, ou seja, no “progresso” que ele via em todos os lugares. Marx sabia que não podia confiar no relato de Schlosser, por mais que ele insistisse no “conhecimento profundo do indivíduo”<sup>68</sup>.

---

<sup>68</sup> Embora um expoente da historiografia normativa e subjetiva, Schlosser ocasionalmente foi, também, um agente metodologicamente inovador na avaliação de fatos. Em *História do século XVIII e do século XIX até a queda do Império francês* (Heidelberg 1823), ele foi um dos primeiros a entrevistar testemunhas contemporâneas ainda vivendo em Paris e usar suas declarações em sua apresentação, um procedimento bastante incomum entre os historiadores da época. Sobre a avaliação contemporânea de Schlosser como historiador no contexto do desenvolvimento da historiografia alemã, ou seja, a virada ao “historicismo” sob a influência de Leopold von Ranke: Ottokar Lorenz: *Der Historiker Friedrich Christoph Schlosser und die Geschichtsschreibung*, Berlin 1868; Ottokar Lorenz: *Die philosophische Geschichtsschreibung* (Friedrich Christoph Schlosser). In: Ders.: *Die Geschichtswissenschaft in Hauptrichtungen und Aufgaben kritisch erörtert*, 2 vols, Berlin, 1886-1891, vol. 1, p. 1-89

## O que os quatro cadernos de excertos oferecem

Nos excertos do primeiro caderno (IISG, MEN, Sign. B 108/B 157), Marx começa com a apresentação de Botta sobre a história de Roma a partir do ano 97 a.C. Assim, ele retoma os estudos da história romana realizados em 1879/80, mas agora com uma ênfase diferente: tanto na Roma do período imperial como, posteriormente, no desenvolvimento da Roma do final da antiguidade, Marx está interessado na economia política e na organização do Estado. Ele enfatiza a integração do Império Romano – sobretudo suas áreas centrais mediterrâneas – no comércio da época, descrevendo as relações com a Índia e as rotas comerciais via Egito e Síria (tendo Palmira como centro). A partir das considerações de Botta, Marx atenta para uma série de questões: os detalhes da reorganização política – ou seja, burocrático-administrativa, mas igualmente militar – durante a antiguidade tardia; a divisão do Império em um Estado romano ocidental e outro oriental; o desenvolvimento diferente e em grandes partes também semelhante dos impérios – por exemplo, a separação progressiva do poder civil e militar (que não existia na Roma imperial), e a independência de uma organização eclesiástica. Com isso Marx traça detalhadamente a estrutura da organização administrativa civil e, ao lado dela, a da organização militar.

Nesse momento, sua atenção estava voltada para o sistema tributário e as numerosas reformas tributárias ocorridas no final da antiguidade. Que “as finanças são o nervo do Estado”, como diz o *Seis livros da República*, de Jean Bodin, Marx sabia muito bem<sup>69</sup>. Um governo forte e uma tributação

---

<sup>69</sup> Marx apresentou esta simples ideia fundamental em diversos escritos: “os impostos são a existência do Estado, expressos economicamente” (*Die moralisierende Kritik und die kritisierende Moral In: MEW 4, p. 348*); o “imposto é a fonte de vida ... de todo o aparelho do poder executivo” (*Der achtzehnte Brumaire des Louis Bonaparte In: MEW 8, p. 202*); o “imposto é a base econômica da máquina do governo e de nada mais” (*Randglossen zum Programm der deutschen Arbeiterpartei. In: MEW 19, p. 30*).

profunda só são possíveis se a administração souber onde encontrar a riqueza tributável. Em Roma, no final da antiguidade, é elaborado pela primeira vez um cadastro fiscal abrangente, que tinha como objetivo fixar o imposto fundiário novamente a cada ano. Isto requer um registro exato no qual todas as terras e seus proprietários são registrados, além de uma avaliação pública de todas as propriedades com base em seus rendimentos. Isso significa que a administração romana já estava tentando revisar os registros fiscais em um ciclo de quinze anos (ou seja, adaptar o cadastro das terras e sua avaliação às mudanças ocorridas nesse ínterim).

A queda de Roma foi e é o principal exemplo de uma grande recaída histórica, o declínio de uma grande civilização. Em suas notas, Marx traça a história da desintegração do Império Romano Ocidental sob a pressão das sucessivas migrações de várias tribos germânicas, que o dissolveram em uma série de reinos rivais. Muito diferente é o desenvolvimento do Império Bizantino – o Império Romano Oriental –, que tenta por muito tempo recuperar os territórios romanos ocidentais ou mantê-los contra a pressão dos bárbaros. Na Itália, o declínio do poder do Estado romano ocidental e a divisão do território entre o Reino Lombardo-Veneto e o Império Bizantino permitiram a ascensão dos papas ao poder político – “trapaceando alternadamente” com ambas as partes, como nota Marx. Quanto mais o Império Bizantino é enfraquecido, mais os papas buscam proteção contra poderes estrangeiros (isto é, não italianos): “este se torna seu método tradicional”; “ver Maquiavel”, acrescenta Marx<sup>70</sup>. Cada vez mais, os papas começam a se comportar como príncipes seculares e, conseqüentemente, entram em conflito com eles.

Marx também traça a ascensão do Império Franco em suas anotações, com especial destaque para Carlos Magno. O que lhe interessa não é tanto a pessoa ou seus feitos, mas a investigação dos elementos do sistema feudal presentes neste período. Em primeiro lugar, Marx leva em consideração os lombardos, na Itália, que estabeleceram o “alto sistema feudal”, dividindo a

---

<sup>70</sup> IISG, MEN, Sign. B 108/B157, p. 13.

terra entre os duques como sub-reinos. Carlos Magno expande este sistema, introduzindo-o em todos os níveis de organização administrativa e militar. Ele inventa uma divisão mais estrita e menor da terra – com novos postos, escritórios e funções, marqueses, etc. –, distribuindo-a entre estes novos funcionários subordinados. No início, trata-se apenas da administração militar, já que a administração civil e o sistema de justiça não são alterados. Mas, como resultado das guerras permanentes, os chefes feudais também passam a assumir a autoridade civil – contra os inimigos comuns, contra os elementos do governo autônomo local. Nesse contexto, Carlos Magno promove a supressão dos “conselhos municipais” pelos novos senhores feudais: “escravos e servos lado a lado”, comenta Marx.

Em constantes olhares para frente e para trás, indo além da cronologia apresentada por Botta e observando diferentes países ou regiões – e seus desdobramentos inter-relacionados –, Marx esboça o desenvolvimento desses processos no início da Idade Média. Tomando a Sicília como exemplo, ele observa como sucessivos governantes moldaram a economia e a estrutura social da ilha. Ele descreve em detalhes, por exemplo, a dominação dos árabes, que expulsaram os bizantinos então governantes e reestruturaram toda a organização administrativa e o sistema jurídico. O enquadramento da propriedade e do direito sucessório introduzidos pelos árabes foi, no julgamento de Marx, tão bom, que os normandos – conquistadores dos árabes no período subsequente – não o alteraram em nada. Marx também descreve o sistema tributário introduzido pelos árabes na Sicília e o desenvolvimento da agricultura e do comércio. Eles promoveram o cultivo da oliveira como cultura principal (as azeitonas já eram um importante item comercial no Mediterrâneo na época pré-romana, ao passo que na época romana a Sicília era o celeiro do império), aboliram o trabalho escravo na agricultura (não a escravidão) e substituíram os escravos por trabalhadores livres.

A história do Império Bizantino, que na apresentação de Botta desempenha apenas o papel de uma potência externa, leva Marx a entrar na história da Europa Oriental, especialmente marcada pela influência bizantina. Ele

descreve o comércio entre o Império Bizantino e a então Rússia de Kiev, entrando na história dos russos (os varangianos nórdicos). A cristianização da Europa Oriental, dos russos, ou seja, a influência cada vez maior (e duradoura) da Igreja Ortodoxa Oriental sucede as prolongadas guerras dos búlgaros, russos, húngaros, etc., contra o Império Bizantino.

Por sua vez, a desintegração do Império Franco após a morte de Carlos Magno possibilita a comparação do desenvolvimento histórico do sistema feudal na Alemanha e na França, que mudavam em diferentes direções – ainda assim, Marx sempre matinha um olhar atento à Itália, que desempenha um papel central na história do Império alemão. Na França, a independência dos grandes senhores feudais frente à realeza foi mais fácil do que na Alemanha e, portanto, foi mais longe. Mas na Alemanha também ocorre uma desintegração da autoridade real após a morte dos últimos carolíngios, pois alguns dos grandes duques transformaram seus ducados em possessões familiares hereditárias, já que muitos dos pequenos condados se tornaram independentes. No entanto, o poder central tentou manter os senhores feudais sob controle através de procuradores reais. Nesse contexto, as invasões húngaras deram um novo impulso à autoridade real: sem cavalaria pesada e constantemente destacável, sem cidades fortificadas sólidas, ou seja, muradas a grandes custos, os povos cavaleiros saqueadores do Oriente não podiam ser detidos.

Olhando para a Itália (e Alemanha), Marx observa a independência e a transformação dos arcebispos e bispos em grandes senhores feudais – “pequenos reis” que só dependem formalmente dos imperadores alemães e dos reis italianos. Os bispos governam nas cidades e, em especial nas italianas, tem início a luta contra a organização política feudal, notadamente em um país no qual todos os poderes locais, regionais e territoriais divergem e lutam por independência. O particularismo, o enfraquecimento e a dissolução dos laços feudais da vassalagem prevalecem por toda parte, constituindo um processo favorecido e promovido pela luta constante entre grandes senhores feudais e potências estrangeiras com as quais poderiam

ser feitas alianças estratégicas. Marx está fascinado com a ascensão das cidades comerciais italianas: Veneza, Amalfi, Gênova ou Pisa devem sua riqueza ao comércio, ou seja, à participação no comércio mundial. Embora nominalmente dependentes dos marqueses do Império Alemão (na Toscana, Ligúria) e dos reis na Itália, isto não os impediu de “fazer expedições poderosas em seu próprio nome, à Sicília, Córsega, Sardenha, mesmo a terras distantes”. Elas agiram como pequenos soberanos, “concluindo por iniciativa própria tratados de guerra e paz” (tratados comerciais). Eram “comunas autogovernadas; lugares da liberdade italiana”, como escreve Marx.

Estas repúblicas conquistaram sua independência gradualmente. Segundo Marx, “Veneza era, desde o início, um grande município independente; Amalfi, e especialmente Pisa e Gênova, também se tornaram repúblicas desse modo, dissolvendo gradualmente os laços feudais”, o que elas “de fato eram”. O exemplo destas cidades comerciais portuárias e marítimas, “estas *petites republiques*, repercutiu nas cidades do interior” da Itália<sup>71</sup>. Marx vê muito claramente a importância dessas ilhas politicamente soberanas do incipiente capitalismo comercial no mar da economia agrária ainda feudal, que criam redes comerciais geograficamente amplas para si mesmas através de constantes expedições de comércio marítimo. As repúblicas de Amalfi, Gênova, Veneza e Pisa – que, graças a sua localização e economia peculiar como centros e polos de comércio marítimo e de navegação, puderam ganhar riqueza e comprar sua independência – foram seguidas pelas cidades interioranas da Lombardia, Úmbria e Toscana. Elas desenvolveram o comércio de longa distância por terra, uma produção altamente especializada para o comércio mundial e, mais ou menos simultaneamente às cidades comerciais marítimas, as primeiras formas de crédito comercial e dinheiro comercial (letras de câmbio).

Neste excerto, Marx aborda apenas marginalmente as lutas amargas destas repúblicas capitalistas rivais umas das outras, a mudança de alianças, ora aliadas com seus príncipes locais, ora contra estes, isto é, às vezes com

---

<sup>71</sup> IISG, MEN, Sign. B 108/B157, p. 31.

os príncipes contra a suserania imperial ou papal, às vezes aliadas com o imperador ou papa contra os príncipes. Nessas lutas, as cidades já estão se transformando em estados territoriais modernos, pois tentam repetidamente ganhar controle sobre importantes rotas de tráfego e comércio, além de recursos como depósitos de minério, madeira, pedreiras, etc. Marx também não aborda o papel das alianças temporárias – às vezes até permanentes – destas repúblicas cidadinas, que, aliadas umas às outras em “ligas”, assumem a luta contra as grandes potências feudais da época e até ousam desafiar o imperador alemão<sup>72</sup>.

Como as repúblicas se elevam rapidamente à condição de banqueiras e financiadoras, são elas que incorporam o primitivo capital moderno em relação aos príncipes e a toda a hierarquia feudal. Marx, entretanto, segue aqui a cronologia histórica, e se volta (com Botta) para o desenvolvimento do feudalismo. Ele observa as lutas dos poderes feudais (eclesiásticos e seculares) pela supremacia na Itália, na qual as cidades desempenham um papel de aliadas, mas apenas com bispos, reis, duques, e não na forma de um poder independente que agiria contra a ordem feudal como um todo. O poder político permanece dividido em um sistema hierárquico formal que ainda não encontrou suas formas fixas. É por isso que Marx menciona e enfatiza a transição gradual para uma ordem feudal estabelecida, a começar pelo decreto do Imperador Conrado II, de 1037, a *Constitutio de feudis* (também conhecida como *Edictum de beneficiis regni Italici*) – “a mais antiga lei feudal conhecida... (sobre sucessão)”. Este decreto, que inicialmente só regulamentava a sucessão para os patrimônios feudais subordinados e assegurava aos vassallos dos grandes senhores seculares e eclesiásticos a posse hereditária de seus patrimônios, tornou-se a “base da lei feudal escrita que se desenvolveu nos tempos posteriores”. Ele proclamou, ao mesmo tempo – como Marx acrescenta com referência a Schlosser – , a paz de Deus, uma iniciativa para pôr um fim às eternas rixas. O resultado foi a

---

<sup>72</sup> Somente no segundo caderno de excertos (IISG, MEN, Sign. B 109/B158) a Liga das Cidades lombardas é devidamente apontada como um dos atores políticos centrais na luta secular pela supremacia na Itália.

“*Treuga Dei*, tréguas de quarta-feira à noite até segunda-feira de manhã”<sup>73</sup>, sob a ameaça das mais duras punições da igreja. Trata-se, assim, de um passo em direção à sociedade feudal medieval civilizada.

Marx não estava interessado na sucessão dos governantes, nas vicissitudes das guerras e batalhas. Ele se concentrou nas mudanças da forma política, notando grandes inovações: os normandos são os primeiros a estabelecer um parlamento no contexto do governo feudal na Sicília e no Reino de Nápoles, algo igualmente introduzido na Normandia. É um parlamento nobre com duas câmaras ou duas assembleias, reunidas duas vezes por ano para deliberar sobre assuntos gerais, dividido em uma “câmara baronial” e uma “câmara eclesiástica”. Mais tarde, quando as cidades que haviam enriquecido puderam comprar a suserania dos barões, tornando-se livres, foi criada uma terceira câmara, a “câmara dos deputados das cidades resgatadas, chamada de *câmara de domínio*”<sup>74</sup>. Como observa Marx, na Sicília elas têm não só sobrevivido, sendo convocados cada vez mais frequentemente.

Este primeiro caderno de excertos termina com a história das Cruzadas, que Marx segue em grande detalhe. Antes de chegar a isso, ele lida em profundidade (indo além de Botta, mas sem citar suas fontes) com o desenvolvimento daqueles domínios políticos que surgiram após a conquista islâmica no Oriente Próximo e Médio, no Norte da África, na Ásia Menor, chegando até a Pérsia e a Índia. Marx descreve os califados de Bagdá, Mosul, etc. – que emergem em constantes batalhas contra o Império Bizantino – como uma forma específica de Império. Eles são organizados em muitas senhorias feudais por seus governantes, dividindo-os em “muitos pequenos Estados”. Isto dá origem à estrutura de pequenos impérios locais, rivalizando uns com os outros e não sujeitos a nenhum soberano. Foi exatamente isso que os exércitos das Cruzadas encontraram na Ásia Menor e no Oriente Próximo. Marx também registra os principais eventos

---

<sup>73</sup> Ibid., p. 33.

<sup>74</sup> Ibid., p. 38. Marx não se refere corretamente ao decreto em suas notas, mas suas observações captam com precisão o conteúdo desta lei feudal.

da Primeira Cruzada com a fundação do Reino de Jerusalém, ou seja, os primeiros estados feudais europeus no Oriente Médio<sup>75</sup>.

No início do segundo caderno, Marx retorna à Europa na época das últimas Cruzadas (século XIII) – à Alemanha, França e Itália, e especialmente ao reinado do último Hohenstaufen, Frederico II, que ficou principalmente na Itália. Ele acompanha os eventos das grandes guerras, como a guerra de 100 anos na França, em detalhes, porque guerras de dinastias ainda governam a política, e as nações da Europa emergem lentamente dessas guerras. O maior espaço é ocupado por suas notas sobre o desenvolvimento econômico nas repúblicas das cidades italianas no final do século XIII. É bastante claro que Marx vê aqui o início do capitalismo moderno: o primeiro desenvolvimento sistemático da agricultura e de uma ciência voltada a ela, o início de uma legislação marítima (envolvendo os catalães e os italianos) e a origem do sistema bancário moderno. Tudo isso, no entanto, não é mera coincidência: foram os italianos que “cobraram os inúmeros impostos e taxas da cristandade em todos os lugares, direcionando-os a Roma”; foram as cidades comerciais italianas que “preferiram lidar com negócios de troca”. Marx nomeia uma liga de cidades (Roma, Gênova, Veneza, Piacenza, Lucca, Bolonha, Pistoia, Asti, Alba, Florença, Siena, Milão) que, juntas, operavam um “banco principal conjunto” em Montpellier, através do qual negociavam crédito com o rei francês. Em suas notas, Marx registra o desenvolvimento das repúblicas comerciais italianas, entre as quais ocorreu uma certa divisão de trabalho: as transações monetárias foram particularmente impulsionadas pelas cidades do interior, enquanto as cidades portuárias – como Gênova e Veneza – tinham o “comércio mundial atual”<sup>77</sup> sob controle, com

---

<sup>75</sup> O resumo de Marx traz à mente o comentário de Engels, em carta enviada a Conrad Schmidt em 12 de março de 1895: “Alguma vez o feudalismo esteve de acordo com seu conceito? Fundado no Império francês ocidental, desenvolvido na Normandia pelos conquistadores noruegueses, continuado pelos normandos franceses na Inglaterra e no sul da Itália, o feudalismo chegou mais perto de seu conceito no efêmero reino de Jerusalém, que deixou em Assis a expressão clássica da ordem feudal” (MEW 39, p. 433).

<sup>76</sup> Ver IISG, MEN, Sign. B 109 / B 158.

<sup>77</sup> Ibid., p. 109-110.

fábricas em todo o Mediterrâneo, o Mar Negro e o Mar Vermelho. Não por acaso da Crimeia elas conduziam um comércio de longa distância com a China. Marx também registra em grandes detalhes o desenvolvimento político em cada uma dessas repúblicas. De modo geral, ele está particularmente cativado pelo desenvolvimento interno de Florença, que termina com a completa fragilização da nobreza. Junto com Botta, Marx usa Maquiavel como sua principal fonte para descrever o curso das lutas internas de poder em Florença – em Pisa, Pistoia, Milão, Veneza e Vicenza também se observam lutas semelhantes, nas quais a nobreza interfere repetidamente.

Ainda no segundo caderno, o desenvolvimento da Alemanha nos séculos XIV e XV também recebe bastante atenção. Marx observa os principais eventos e pessoas, inclui o desenvolvimento especial da Áustria do século XIII ao XIV, e repetidamente faz uma análise comparativa frente ao notório desenvolvimento ocorrido na França no mesmo período, ou seja, de 1300 a 1470. Seguindo os passos do primeiro caderno – no qual tenta delimitar as linhas gerais da sequência dos eventos –, Marx combina informações sobre o desenvolvimento político e jurídico, sobre guerras e campanhas militares, além da organização administrativa e sua relação com o desenvolvimento econômico e tecnológico. Tal como antes, ele acompanha o desenvolvimento histórico de modo relacional, analisando Alemanha e Itália, França e Inglaterra, Espanha e Portugal. Apesar de traçar em ordem cronológica as principais etapas tanto da Reconquista Cristã como da desintegração – do início ao fim – dos reinos mouros na Península Ibérica, Marx se preocupa com as consequências de longo prazo desses processos. Assim, a independência de Portugal é vista como um acontecimento importante, pois o país ascende para se tornar uma potência marítima e comercial que, a partir de sua posição periférica, olha para o exterior – a África – para se tornar pioneira da expansão europeia.

Como antes, Marx continua acompanhando o desenvolvimento das estruturas feudais na Alemanha e na Itália e, em particular, o desenvolvimento das cidades italianas, agora unidas em ligas, que lutam alternadamente

contra o imperador alemão e umas contra as outras. Ele reúne e organiza os fatos que Schlosser pode oferecer a ele: sobre o desenvolvimento do domínio feudal no Império Bizantino, o crescente Império Otomano, além dos califados do Oriente Médio e do Norte da África. A história do Império Mongol fundado por Genghis Khan – sua enorme expansão através da guerra, sua estabilização temporária e sua desintegração – faz com que Marx passe a considerar os limites do poder político sobre grandes territórios. O Império Mongol mostra os limites de um puro poder terrestre que carece de supremacia naval, ou seja, precisamente o tipo de poder político-militar que Estados nas periferias da Europa Ocidental – Portugal, Holanda, Inglaterra – estavam construindo e utilizando para fundar novos impérios. O desenvolvimento e a expansão do Império Otomano e a queda do Império Bizantino – com a conquista de Constantinopla em 1453 – mudam as principais rotas do comércio mundial para longe do Mediterrâneo – em direção ao Atlântico –, uma mudança sentida pela primeira vez pelas repúblicas italianas de comércio marítimo, em especial Gênova e Veneza<sup>78</sup>.

Na Inglaterra e na França, houve uma guerra quase constante durante este período: a guerra das grandes casas nobres, umas contra as outras – a Guerra dos Cem Anos pelos bens dos reis ingleses, na França, e as Guerras das Rosas entre facções nobres rivais, na Inglaterra –; guerras civis da coroa, em aliança com as cidades contra os príncipes, e dos príncipes em aliança com as cidades contra o rei. Nesta guerra perpétua, países e reinos inteiros

---

<sup>78</sup> A mudança tanto na direção e no foco do comércio mundial como de seus centros de uma região para outra já havia sido tratada por Marx e Engels anteriormente, nas “Revue zur Lage der kapitalistischen Weltwirtschaft”, que publicaram em 1850 no “Neue Rheinischen Zeitung. Politisch-ökonomische Revue”. Na opinião deles, as descobertas de ouro na Califórnia, em 1848, tinham dado ao comércio mundial “uma nova direção” pela segunda vez, alterando o foco das atividades do Atlântico para o Pacífico. O que “Gênova e Veneza foram na Idade Média”, o que “Londres e Liverpool foram para o comércio mundial, serão agora Nova Iorque e São Francisco, San Juan de Nicarágua e León, Chagres e Panamá. O centro de gravidade do tráfego mundial – ocupado pela Itália durante a Idade Média, e pela Inglaterra nos tempos mais modernos – passa a ser a metade sul da península norte-americana. A indústria e o comércio da velha Europa devem fazer um tremendo esforço para não cair no declínio observado anteriormente na Itália desde o século XVI, caso Inglaterra e a França não queiram se tornar o que Veneza, Gênova e Holanda são hoje. Dentro de alguns anos ... o Oceano Pacífico desempenhará o mesmo papel que o Atlântico desempenha hoje e que o Mar Mediterrâneo desempenhou na Idade Média – o papel de canal do tráfego mundial” (Karl Marx/Friedrich Engels: Revue [janeiro/fevereiro de 1850], in: MEW 7, p. 221).

surgem e desaparecem. Neste contexto, Marx observa os fatos sobre a ascensão e queda da Borgonha como um Estado independente entre a França e a Alemanha. A lição é clara: os Estados e impérios não têm territórios naturais e nenhum povo que lhes pertença. Eles podem simplesmente perecer. Os Estados feudais lutam pela terra e pelos povos, pelos bens territoriais, pelas cidades e suas riquezas. Trata-se de uma luta entre poderes políticos rivais: reis, príncipes, príncipes da igreja, cidades – todos lutam por meio da mudança de alianças.

Os trechos do terceiro caderno<sup>79</sup> dizem respeito ao período de aproximadamente 1470 a 1580. Marx começa com a longa luta entre as grandes potências europeias em ascensão e rivais – França e Espanha – pela supremacia na Itália. Naquele momento, o território italiano estava dividido entre a Igreja, as repúblicas urbanas e os pequenos principados, sendo que, após a retirada dos imperadores alemães, já não existia um soberano. A guerra de conquista contra as repúblicas das cidades italianas, travada pelos reis franceses e espanhóis em uma verdadeira corrida – um avançando do norte, o outro do sul – contra as alianças dos papas, das cidades e, ocasionalmente, dos imperadores alemães, acaba por alterar o cenário político e o caráter das repúblicas. Elas passam a defender sua independência das grandes potências, suas liberdades urbanas e, ao fazê-lo, usam as rivalidades das grandes potências para si mesmas, mudando as alianças. Em seus excertos, Marx dá um quadro da situação em Florença na época de Savonarola. Ele compila inúmeros detalhes sobre sua vida, desde seu início como pregador penitencial

---

<sup>79</sup>Ver IISG, MEN, Sign. B I 10 / B 159.

errante, passando por sua ascensão como governante de fato de Florença, após a expulsão dos Médicis, em 1494, até sua derrota e execução, em 1498.

Savonarola é apenas um prenúncio do movimento de Reforma que toma conta da Alemanha e da França no século XVI. Marx a vê claramente como uma revolução política, social, intelectual e moral que, juntamente com a Contra-reforma – a contra-revolução que produz –, conduz a uma transição para uma nova ordem política. Nesta, a crescente burguesia tenta se afirmar contra os reis e príncipes por meio do novo poder econômico do capital, do capital comercial e financeiro urbano. Marx comentou: “esta luta da realeza contra o capital, que em Veneza é avassaladora, cai precisamente no momento no qual [forças] essenciais muito diferentes (América etc., descobertas de ouro e prata, colônias [na] carência financeira interna para exércitos permanentes etc.) atuam para colocar a realeza – uma instituição essencialmente feudal, já que nascida no feudalismo – sob o domínio da economia do capital, portanto, da burguesia, que também se realiza religiosamente na luta entre papado e Reforma”<sup>80</sup>. Não apenas os reis, mas também os senhores feudais de todas as níveis podem sentir o novo poder do capital e adaptar-se a ele. Com certo divertimento, Marx observa as práticas dos barões ladrões organizados, ou seja, a nobreza feudal inferior e seus protagonistas (como Franz von Sickingen, promovido a herói de palco trágico por Lassalle), que aceitam as cobranças sobre as cidades junto aos comerciantes e depois cobram as dívidas à sua própria maneira, ou seja, através de roubos e pilhagens.

Marx também anota o curso dos acontecimentos na Reforma Alemã, com vários tratados de paz até meados do século XVI, tendo como auge a Guerra dos Camponeses Alemães, em 1524/25. Para ele interessa compreender o desenvolvimento do protestantismo em comparação com os países vizinhos, nos quais as guerras civis tiveram continuidade enquanto guerras religiosas, como na França e na Holanda. A Guerra dos Camponeses Alemães, cujo curso Marx conhecia bem – graças a Engels – é brevemente

---

<sup>80</sup> *Ibid.*, p. 37

registrada, apenas em alguns eventos principais. Thomas Münzer, por exemplo, é destacado como um protagonista, e Marx considera importante a conexão dele com os proletários da Turíngia. Sebastian Franck – um cronista contemporâneo que se esforça para ter uma visão imparcial dos acontecimentos –, além de ser o primeiro autor de uma história mundial e universal em alemão (não latino), vale um longo comentário por parte de Marx. Martinho Lutero, por outro lado, é avaliado negativamente, sendo rejeitada a construção de sua imagem como o herói da Reforma: “este monge impede qualquer coisa verdadeiramente progressista na Reforma”<sup>81</sup>. Por isso mesmo, Marx comenta vários escritos e ações de Lutero (note-se que Schlosser compreendia essa temática de maneira bem diferente). Em uma seção mais longa, Marx tenta resumir as consequências da Reforma, especialmente em relação à frágil reorganização política do Império Alemão. Finalmente, Marx olha mais uma vez para a Inglaterra e traça o desenvolvimento da monarquia inglesa de Eduardo VI a Maria Stuart e Elizabeth I. Em um diagrama, ele apresenta as complicadas relações de parentesco das dinastias inglesas. Assim, ele vê claramente que os primeiros Estados modernos eram de propriedade familiar, decorrentes de empresas de famílias nobres. Naturalmente, Marx, um apaixonado por Shakespeare durante toda a vida – em sua casa foi praticado um verdadeiro culto ao poeta –, está muito interessado na era elisabetana.

Na quarto e último caderno<sup>82</sup>, ele continua suas notas sobre o curso das guerras religiosas europeias: do segundo período das guerras com os huguenotes franceses até a conclusão da paz pelo “bom rei” Henri IV; o início da luta holandesa pela liberdade contra a suserania espanhola; a guerra entre Espanha e Inglaterra até o afundamento da Armada; o desenvolvimento da Escandinávia, da Europa Oriental e do Sudeste Europeu; além das guerras turcas nos Bálcãs e na Hungria, que puseram fim à Reforma na Áustria e em toda a Europa do Sudeste. Somente depois deste panorama

---

<sup>81</sup> Ibid., p. 74.

<sup>82</sup> Ver IISG, MEN, Sign. B 111/B 160.

de desenvolvimentos em várias partes da Europa são apresentados detalhadamente o curso e os resultados da grande guerra europeia, a Guerra dos Trinta Anos, travada na Alemanha. A República Holandesa – não uma república da nobreza, tampouco do povo, mas a primeira república burguesa –, governada pelos “Heren” (os senhores, como também são chamados oficialmente em holandês, ou seja, os capitalistas comerciais e financeiros das cidades), só alcança sua independência com o fim desta guerra. É o país capitalista mais desenvolvido do século XVII. Se, de um lado, Marx registra algumas das inovações que explicam o sucesso econômico dessa República, do outro lado ele observa as condições alemãs imediatamente antes do início da guerra, em 1618, caracterizadas pela enorme fragmentação política, social e econômica dentro e entre os territórios do Império. Em uma longa revisão da história da Escandinávia e da Rússia, Marx compensa o que havia deixado de fora, notadamente a história russa, apresentada em quatro longos períodos, de 862 até o início do século XVII.

Segue-se, então, uma apresentação detalhada do curso da guerra a partir de 1618. Para Marx, trata-se de uma grande política internacional, do papel da grande potência protestante nórdica (a Suécia) e do papel da grande potência católica (a França). Marx analisa em detalhes o desenvolvimento interno da França – de 1598 a 1639 –, dos vários governos e primeiros-ministros até o Cardeal Richelieu. Ele está interessado nas grandes e pequenas reformas militares e administrativas através das quais se constitui na França (e somente lá) um Estado unitário e centralizado, o fundamento da grande política de poder europeia perseguida pelos governos de Mazarin e Richelieu – também no interesse da Igreja Católica, que eles estabelecem como Igreja estatal. Na Alemanha, o objetivo era eliminar ou limpar as consequências da Reforma e, assim, expropriar os bens da Igreja – “como em qualquer outro lugar na Guerra dos Trinta Anos: guerra *pelos bens da Igreja!*”<sup>83</sup>

Estes excertos de Schlosser terminam com os eventos que levaram à Paz de Vestfália, em 1648, responsável por iniciar a era moderna da política

---

<sup>83</sup> Ibid., p. 66.

internacional. Marx dá uma visão detalhada do curso das negociações, que começam já em 1639, e apresenta as várias propostas de paz e planos políticos, juntamente com seus atores. As etapas finais que levam finalmente à conclusão da paz – o período de 1646 a 1648, durante o qual as delegações de todas as partes envolvidas negociaram em Osnabrück e Münster – são apresentadas por Marx mês a mês, seguindo a cronologia das negociações. Segue-se, então, um relato detalhado das disposições individuais dos dois abrangentes tratados de paz: o primeiro, concluído em Osnabrück, entre a Suécia, o Imperador e as potências imperiais protestantes; o segundo, concluído separadamente em Münster entre a França e as outras partes beligerantes. Finalmente, em 29 de outubro de 1648, a conclusão geral do acordo de paz é assinada entre todas as partes na prefeitura de Münster.

Marx, um jurista qualificado, apresenta o Tratado em três seções: 1. Disposições relativas à Suécia e seus aliados (cessões de território, indenização, etc.); 2. Disposições relativas à religião, momento no qual destaca a cláusula central “*cuius regio, eius religio*” [de quem (é) a religião, dele (se siga) a religião]: nenhum governo precisa tolerar cidadãos que não pertencem à sua religião; no entanto, ele deve dar-lhes três anos para emigrarem; 3. Disposições relativas à constituição do Império alemão, sendo a mais importante: os príncipes alemães, até então proibidos de fazê-lo, têm doravante o direito de celebrar alianças entre si e com potências estrangeiras, sem considerar o Imperador e o Império, cujos interesses e prerrogativas só são formalmente salvaguardados “com a cláusula facilmente contornada de que tal aliança nada contém contra o Imperador e o Império”. Isto confirma a “soberania” dos príncipes alemães, que se veem promovidos a senhores de pequenos Estados independentes<sup>84</sup>. Nas últimas páginas, Marx retorna à história da Inglaterra, sobretudo o período desde a morte de Isabel até a coroação de Carlos I. Ele termina, assim, com uma apresentação esquemática

---

<sup>84</sup> Deve-se lembrar que Marx já havia tratado dos detalhes da Paz de Vestfália em 1853. Em seus trechos do livro de Marten – *Grundriss einer diplomatischen Geschichte, de 1807* –, ele havia registrado em detalhes os trabalhos que levaram ao acordo (cf. *Mega 2 IV/12*, p. 82-84).

da pré-história da Revolução Inglesa do século XVII, a segunda revolução “burguesa” dos tempos modernos após a Guerra da Libertação na Holanda.

Este último caderno em particular mostra mais uma vez os pontos fortes de Marx enquanto cientista social, historicamente bem informado, que muda facilmente do desenvolvimento interno de países individuais para a política de grande escala – europeia e internacional – sem nunca perder de vista os fundamentos econômicos do todo. Até o final da Guerra dos Trinta Anos, e mesmo depois, não há uma hegemonia clara de uma ou outra grande potência na Europa. Mas Marx tem em vista firmemente os futuros atores principais, a grande potência continental em ascensão, a França, e sua próxima rival, a Inglaterra. O Cardeal Richelieu, o inventor do conceito político de “Europa” – uma Europa católica sob a hegemonia francesa – não sai de sua cabeça. Ele tem um plano, que ele persegue com habilidade e consistência. É ele o verdadeiro vencedor da “Paz de Vestfália”, que elimina o Império Alemão como ator político por mais de um século<sup>85</sup>. Marx tem uma visão profundamente crítica do “sistema vestfaliano” e, por isso mesmo, não se aproxima da ideia – ainda hoje popular na disciplina acadêmica de Política Internacional – de considerá-lo o início de um sistema de Estados-nação.

### **História mundial – o que isso significa?**

Para Marx, o conceito de história mundial não é apenas historiográfico, sendo em si mesmo uma categoria histórica. A ascensão do capitalismo moderno, sua difusão na Europa e nas regiões vizinhas do mundo, faz “época” na história mundial. E isso no sentido enfático da tese que Marx e Engels apresentaram primeiramente nos rascunhos da crítica da *Ideologia Alemã* e, depois, no *Manifesto Comunista*: somente com o capitalismo moderno pode realmente haver uma história mundial. Pois só o capitalismo moderno – com o mercado mundial, o comércio mundial, as finanças mundiais e as novas divisões internacionais do trabalho que gradualmente abrangem

---

<sup>85</sup> Sobre Richelieu, ver o excelente livro de Jörg Wollenberg, Richelieu. *Kircheninteresse und Staatsräson*, Bielefeld, de 1977.

todos os países, regiões e continentes – cria a base material para uma sociedade mundial. A economia mundial e a política mundial estão claramente unidas na teoria política de Marx e Engels. Eles consideram o capitalismo moderno como um sistema econômico necessariamente expansivo e, em princípio, sem fronteiras, portanto, como um sistema mundial ou ao menos como um sistema mundial em construção. Suas formas políticas, como o próprio capitalismo, começam em unidades locais e regionais, espacialmente fragmentadas. Elas são expandidas para Estados territoriais cada vez maiores, com sistemas legais uniformes e infraestruturas materiais que unem os territórios díspares em um “país”. Finalmente, elas vão além da estrutura de “Estados-nação” com um “povo” mais ou menos unificado e um sistema de Estados baseado em nações. Todos os Estados “capitalistas” tendem a ser transformados em formas políticas híbridas, híbridos de Estados nacionais e impérios (multinacionais, coloniais)<sup>86</sup>.

A primeira crise econômica mundial moderna, a crise de 1857/58, fortaleceu a convicção de que o mercado mundial, a economia mundial dominada pelo capitalismo, já havia se tornado uma realidade. O modo de produção capitalista está em vias de penetrar o mundo inteiro e, portanto, está cumprindo sua vocação histórica. Mas o desenvolvimento do mercado mundial e de uma economia capitalista mundial avança de forma muito desigual: em algumas partes do mundo o capitalismo moderno está entrando no estágio de sua maturidade; enquanto em outras ele ainda está em ascensão. Em outubro de 1858, Marx escreve a Engels: “Não podemos negar que a sociedade burguesa viveu seu século XVI pela segunda vez – um século que eu espero que a leve para o túmulo, assim como o primeiro a trouxe à vida. A verdadeira tarefa da sociedade civil é a criação do mercado mundial, pelo menos seus traços gerais, e de uma produção baseada nele. Como o mundo é redondo, isto parece ter sido concluído com a colonização da Califórnia e da Austrália, além da abertura econômica da China e do Japão. Entretanto, surge a ‘difícil questão para nós’: quando o modo de produção capitalista e

---

<sup>86</sup> Sobre esse complexo tema, ver: Michael R. Krätke “World Politics and World Economics in Marx’ Thought”, Lecture, Universiteit van Amsterdam, 2008.

a sociedade burguesa na Europa estiverem maduros o suficiente para serem superados, uma revolução socialista não será necessariamente esmagada neste pequeno canto, já que em terrenos muito maiores o movimento da sociedade burguesa ainda é ascendente?”<sup>87</sup>

Nos manuscritos que conhecemos como a *Ideologia alemã*, o discurso da história mundial, seguindo Hegel e dirigido contra os hegelianos de esquerda, assume uma nova versão, quase uma faceta “materialista”: “quanto mais no curso desse desenvolvimento se expandem os círculos singulares que influenciam uns aos outros, quanto mais o isolamento original das nacionalidades singulares é destruído pelo modo de produção desenvolvido, pelo intercâmbio e pela divisão do trabalho surgida de modo natural entre as diferentes nações, tanto mais a história torna-se história mundial, de modo que, por exemplo, se na Inglaterra é inventada uma máquina que na Índia ou na China tira o pão a inúmeros trabalhadores e derruba toda a forma de existência destes impérios, tal invenção torna-se um fato da história mundial”<sup>88</sup>. O comércio mundial foi a vanguarda, e a grande indústria, a alavanca desta revolta. Impulsionada pela competição universal e mundial das capitais e pela rivalidade dos Estados comerciais, “[ela] produziu a história mundial apenas na medida em que tornou cada nação civilizada e cada um de seus indivíduos dependentes do mundo inteiro para a satisfação de suas necessidades e, assim, destruiu a exclusividade, até então natural, de cada nação”. O mercado mundial enquanto “forma natural de interação *mundial-histórica* dos indivíduos” os sujeita a uma “dependência *de todos os lados*”<sup>89</sup>, cujo aparecimento se dá na forma de um poder estranho e, portanto, permanece tão incompreensível para eles como a história mundial.

O *Manifesto Comunista* repete exatamente esta tese. O capitalismo moderno, com sua indústria de grande escala produzindo para o mercado mundial,

---

<sup>87</sup> Marx para Engels, 8 de outubro de 1858, Mega 2 III/9, p. 218.

<sup>88</sup> MEW 3, p. 45.

<sup>89</sup> MEW 3, p. 60 e 37.

persegue seus atores “em todo o mundo”, cria um novo “modo de produção e transporte” de alcance global, supera os antigos isolamentos nacionais e locais, substitui a antiga “autossuficiência” nacional e regional pela competição global – a “dependência total das nações umas das outras” – e atrai todos os países sob o encanto do mercado mundial, que devem dançar de acordo com suas conjunturas<sup>90</sup>. Mais uma vez, Marx enfatiza essa visão em uma anotação lateral no final de sua “Introdução”, lançada rapidamente em agosto de 1857, como uma nota marginal para posterior elaboração: “(Influência dos meios de comunicação. A história mundial nem sempre existiu: a história como resultado da história mundial)”<sup>91</sup>. A referência aos meios de comunicação não é acidental. O primeiro cabo submarino havia sido instalado em 1851 e, em 1857 – o ano da crise –, foi feita a primeira tentativa de colocar um cabo transatlântico para a transmissão telegráfica entre Londres e Nova Iorque. Isto só foi bem-sucedido um ano depois.

Somente o modo de produção capitalista em sua forma plenamente desenvolvida, ou seja, o capitalismo industrial, cria uma economia mundial, permitindo e, portanto, exigindo uma história mundial, ou seja, uma ação política em escala mundial. Os manuscritos de pesquisa de 1857/58 contêm apenas algumas teses poderosamente elaboradas sobre isto: “A tendência de criar o *mercado mundial* é dada diretamente pelo próprio conceito de capital”. Somente o capital persegue a tendência de expandir mercados através de todas as fronteiras, de criar novos mercados e de “propagar” em todos os lugares seu próprio modo de produção. Somente o capital “cria ... a sociedade burguesa e a apropriação universal da natureza, bem como a própria conexão social dos membros da sociedade. Daí, a grande influência civilizadora do capital; sua produção de um nível da sociedade em comparação com o qual todos anteriores aparecem apenas como desenvolvimentos locais da humanidade e como idolatria da natureza. ... O capital ... de acordo com sua tendência ... move-se para além das fronteiras e dos preconceitos

<sup>90</sup> MEW 4, p. 464-466 e 479.

<sup>91</sup> MEW 42, p. 43.

nacionais ... bem como da satisfação tradicional das necessidades correntes, circunscrita a certos limites, e na reprodução dos velhos modos de vida. O capital ... derruba todas as barreiras que impedem o desenvolvimento ... e o intercâmbio de forças naturais e espirituais”<sup>92</sup>.

### **Revisão do fio condutor: Estados e mercados, emergência e ascensão do capitalismo moderno na Europa**

Desde o início – a partir de 1844 –, Marx perseguiu outro projeto, a crítica da política, originalmente ligada diretamente à crítica da economia nacional (então economia política), depois adiada (mas nunca abandonada) em favor da segunda crítica. Na verdade, Marx tentou repetidamente, em vários escritos posteriores, esboçar brevemente o desenvolvimento dos Estados na Europa: Em *A luta de classes na França*, de 1850; no *18 de Brumário de Luís Bonaparte*, de 1852; em sua série de artigos sobre a Constituição e a política da Inglaterra, de 1853/54; nos artigos sobre a Espanha revolucionária, de 1855; nos artigos sobre a história da diplomacia no século XVIII, de 1856/57; em *Herr Vogt*, de 1860; ou em *A guerra civil na França*, de 1871.

Nestes esboços, ele dá uma sequência clara das etapas e direção do desenvolvimento europeu: a coexistência instável de vários potestados ou poderes políticos, que tendem a se transformar em Estados e disputar os mesmos territórios e esferas de influência uns com os outros, ou seja, Estados feudais (termo frequentemente usado por Marx) com uma hierarquia “feudal” mais ou menos pronunciada; o papel das repúblicas urbanas e confederações de cidades; a Igreja Católica, que, juntamente com suas ambições imperiais, favoreceu a formação de Estados territoriais sob um poder supremo centralizado e centralizador; a monarquia absoluta e, finalmente, a monarquia

---

<sup>92</sup> Para Marx, o mercado mundial é uma categoria analítica especial, não simplesmente um grande mercado internacional. Trata-se da forma mais desenvolvida da “circulação geral”, na qual as mais diversas circulações se reúnem e passam umas pelas outras. Assim, o mercado mundial também é o lugar onde as diversas formas e tipos de capitalismo se encontram com outras sociedades nas quais prevalecem modos de produção não capitalistas ou pré-capitalistas. Todas elas não somente entram em contato, mas a longo prazo são obrigadas a se encaixar como partes de uma economia mundial na qual o capital, no sentido moderno, domina.

constitucional e a república (burguesa) – portanto o Estado-nação –, desde as tentativas repetidamente fracassadas de formar impérios dentro da Europa (em sucessão ao Império Romano), passando pela defesa contra invasões de impérios não europeus, até o estabelecimento de um sistema de Estados europeus.

Para Marx, o país clássico do desenvolvimento estatal é a França. Nela o desenvolvimento e a expansão de um poder estatal centralizado, burocraticamente organizado e baseado na divisão do trabalho anda de mãos dadas com uma mudança (ocasionalmente vista por Marx, seguindo o modelo clássico de Políbio, como um ciclo de formas estatais ou de governo) das formas estatais e governamentais. O ponto final historicamente necessário deste desenvolvimento moderno é o estado territorial e nacional uniformemente organizado e controlado centralmente, na forma de uma república burguesa, com governo parlamentar e sufrágio universal. Marx descreveu várias vezes o caso “clássico” do desenvolvimento do Estado francês<sup>93</sup>. No início da década de 1850, ele vê claramente que muitos países e regiões da Europa não se encaixam exatamente neste esquema. A Espanha, por exemplo, é um desses casos. Em 1855, no primeiro artigo da série sobre a *Espanha revolucionária*, Marx compara o desenvolvimento do Estado espanhol com o resto da Europa: lá, a monarquia absoluta surgiu primeiro, mas sem centralização, sem “unidade social” imposta de cima, com direitos políticos e liberdades das cidades e latifúndios que há muito haviam sido vítimas do desenvolvimento do Estado em outros países europeus<sup>94</sup>.

Marx caracteriza outro caso especial – o desenvolvimento estatal da Rússia – em sua série de artigos sobre a *História secreta da diplomacia no século XVIII*, de 1856/57. Ele esclarece historicamente a formação específica do Estado russo, a partir da prolongada luta contra a suserania do Império Mongol, um proto-Estado puramente tributário. A unificação da Rússia

<sup>93</sup> Cf. *Der achtzehnte Brumaire ...* in: MEW 8, p. 150 e 196f und *Der Bürgerkrieg in Frankreich*, in: MEW 17, p. 516, 538 e 591.

<sup>94</sup> Ver MEW 10, p. 434-442; Mega 2 I/13, p. 417-421.

sob a suserania de Moscou – na luta contra o domínio mongol e contra as repúblicas das cidades russas – explica a forma especial da formação moderna do Estado, cujo início se dá sob o reinado de Pedro, o Grande<sup>95</sup>. Marx estava bastante orgulhoso dessa apresentação detalhada – sua contribuição para a história política –, iniciada “não com observações gerais, mas com fatos”<sup>96</sup>, e ofereceu um “novo material para nova história” ao invés de “novas observações sobre um material já conhecido”<sup>97</sup> – ou seja, um verdadeiro teste da nova concepção de história junto com “descoberta(s) histórica(s)”<sup>98</sup>.

Graças ao seu intenso envolvimento com a política britânica, com a questão irlandesa e com a política colonial do Império, ele rapidamente percebe que o desenvolvimento do Estado inglês ou britânico também não se encaixa no padrão, apesar do desenvolvimento inicial de um Estado-nação na ilha. Finalmente, Marx aborda a Alemanha, que, de modo geral, ainda tem o desenvolvimento do Estado moderno à sua frente. Em seguida, os Estados Unidos, com os quais Marx lida repetidamente de forma intensa. Afinal, trata-se de uma república burguesa de origem europeia, que passou de uma revolução burguesa para outra, formando uma forma democrática de Estado sem possuir, no entanto, um aparato estatal comparável aos países europeus. Por meio de seus estudos histórico-políticos e histórico-econômicos, Marx torna-se cada vez mais consciente da conexão entre o desenvolvimento do Estado moderno – na verdade, do sistema estatal europeu – e o desenvolvimento do capitalismo moderno. O poder estatal não é apenas a “alavanca” que acelera o surgimento e o desenvolvimento do capitalismo, pois sem um Estado desenvolvido o modo de produção capitalista é impensável. Sem o Estado, não há mercado, não há comércio, não há dinheiro e sistema de crédito.

---

<sup>95</sup> Cf. Karl Marx: *Enthüllungen zur Geschichte der Diplomatie im 18. Jahrhundert*. In: Karl Marx, Politische Schriften, Bd. 2, hrsg. von Hans-Joachim Lieber, Stuttgart 1960, p. 727-832.

<sup>96</sup> Marx para Isaac Ironside, 21 de junho de 1856. In: MEW 29, p. 538.

<sup>97</sup> Marx para Charles Dobson Collet, 23 de outubro de 1856. *Ibid.*, p. 542.

<sup>98</sup> Ele declarou isso claramente em suas cartas particulares a Engels e a sua esposa, expressando também a intenção de enviar a publicação para “o antigo porta-voz da história na Alemanha” (Marx para Jenny Marx, 21 de junho de 1856. *Ibidem*, p. 536; Marx para Engels, 12 de fevereiro de 1856. *Ibidem*, p. 11).

Mas não só. Sem o Estado não há qualquer fábrica, nem mesmo o trabalho assalariado moderno (o mesmo valendo para a escravidão moderna).

Aqui está apenas um exemplo menos conhecido dos manuscritos econômicos de Marx: no texto originário (Urtext) do primeiro rascunho de Para a crítica da economia política, Marx enfatiza a conexão entre o Estado moderno e o desenvolvimento do sistema monetário moderno: “a monarquia absolutista, ela própria já produto do desenvolvimento da riqueza burguesa até um estágio incompatível com as antigas relações feudais, necessita – de acordo com o poder geral uniforme que deve ser capaz de exercer em todos os pontos da periferia, como alavanca material desse poder – do equivalente geral, isto é, riqueza em sua forma sempre pronta, na qual é bastante independente das relações particulares locais, naturais e individuais. Ela requer riqueza sob a forma de dinheiro. (...) A monarquia absolutista está, portanto, ativa na transformação do dinheiro no meio geral de pagamento. Isto só pode ser realizado através da circulação forçada, o que faz com que os produtos circulem abaixo de seu valor”<sup>99</sup>.

Marx descreve aqui uma forma histórica do Estado moderno, a monarquia absolutista, seu modo de existência econômico, sua dependência de impostos, sua ação política, que requer a transformação de todos os impostos em impostos monetários, como uma alavanca para o desenvolvimento de um sistema monetário moderno que só é adequado ao modo capitalista de produção. É a “época da monarquia absolutista emergente”, na qual a arte das finanças consiste em transformar todos os produtos em mercadorias e todas as mercadorias em dinheiro, isto é, “pela força”, com o pleno uso do poder estatal, para que todos os impostos possam ser cobrados como impostos sobre o dinheiro. Esta é a forma do Estado em sua época particular, momento que traz consigo uma das condições prévias do capitalismo – o funcionamento e circulação geral de mercadorias e dinheiro, um dinheiro que cumpre todas as suas funções necessárias em todos os momentos e em todos os lugares<sup>100</sup>.

---

<sup>99</sup> Mega 2 II/2, p. 19.

<sup>100</sup> Ibid., p. 20.

Marx considerou a conexão entre o desenvolvimento estatal e capitalista como o ponto mais difícil de se entender adequadamente. Em *O capital*, ele forneceria as bases, a “quintessência” de sua teoria crítica. O “desenvolvimento do que se segue”, por sua vez, deveria partir dessa base, e seria “também facilmente realizada por outros ...”, com exceção da “relação das diversas formas de Estado com as diversas estruturas econômicas da sociedade”<sup>101</sup>. Os estudos minuciosos do recente desenvolvimento do capitalismo nos Estados Unidos da América e na Rússia, que ele empreendeu a partir de 1870, fortaleceram sua visão de que não havia um capitalismo histórico, mas vários, não uma linha de desenvolvimento capitalista, mas várias. Assim, o desenvolvimento do capitalismo como um sistema político-econômico mundial era uma história mais complexa do que ele suspeitava no início. Ambos os novos capitalismo – o americano e o russo – desenvolveram-se em conexão com Estados que, em muitos aspectos, não correspondiam ao padrão da Europa Ocidental. O capitalismo americano se desenvolveu tão tumultuosamente que começou a eclipsar o padrão clássico do capitalismo industrial, a Inglaterra<sup>102</sup>. Portanto, havia uma razão para Marx voltar ao estudo da história mundial.

---

<sup>101</sup> Marx para Ludwig Kugelmann, 28 de dezembro de 1862, MEW 30, p. 639. Esta passagem, como muitas das outras cartas de Marx, é ambígua. Marx exagerou muito quando afirmou que com base em seus “princípios de economia política” (a alusão a Ricardo e Sismondi pode ser encontrada nesta carta como em muitas outras) tudo o que “segue” – ou seja, deixado incompleto por ele – poderia ser facilmente realizado por outros, isto é, por seus possíveis alunos. Até hoje ainda se discute como os problemas pendentes da crítica de Marx à economia podem ser adequadamente resolvidos. Em segundo lugar, a análise do desenvolvimento histórico mundial dos Estados e das estruturas sociais econômicas é um enorme programa, para o qual o próprio Marx (não esquecendo Engels, mas indo além dele) forneceu apenas algumas partes. Os marxistas do período clássico (especialmente os austromarxistas – Max Adler, Otto Bauer, Rudolf Hilferding, Karl Renner) contribuíram com algo útil para o estudo da relação entre o desenvolvimento estatal e capitalista, enquanto os representantes atuais de uma teoria supostamente “materialista” do Estado tendem a não fazê-lo.

<sup>102</sup> Como é sabido, Marx tinha o plano de tomar os EUA em vez da Inglaterra como modelo de “desenvolvimento capitalista clássico” em edições futuras ou no curso de uma revisão minuciosa de *O capital*. Esta mudança de modelo não correu inteiramente bem. Pois a Inglaterra continuou sendo, sem dúvidas, o país modelo de desenvolvimento industrial, enquanto os EUA foram o país no qual a industrialização da agricultura foi realizada pela primeira vez de forma ampla. Além disso, existiam vários padrões rivais para o desenvolvimento do moderno sistema de crédito. Na época de Marx, Londres continuou sendo o centro do mercado monetário internacional, ao mesmo tempo o centro do sistema monetário e de crédito internacional. Por sua vez, Nova Iorque e Chicago foram os pioneiros do desenvolvimento da moderna bolsa de valores (ações e de mercadorias). No entanto, nos anos 1870 os EUA ainda não tinham um sistema monetário unificado, de tal modo que até 1913 os bancos americanos permaneceram sem um banco central em nível federal (os bancos centrais existiam apenas em estados individuais, mas um Federal Reserve, ou seja, um banco central dos bancos centrais regionais, não existiu por muito tempo, nem um sistema monetário unificado).

Nos estudos de 1881/82 há alguns pontos de vista dominantes, perceptíveis na disposição do material e sua avaliação, ou seja, na forma como Marx lê Botta e Schlosser e como ele trabalha suas apresentações em suas notas. No centro de sua análise está o desenvolvimento do Estado moderno, visto (conforme a concepção de Marx e Engels) como um processo relacionado ao desenvolvimento do comércio, da agricultura, da mineração, dos assuntos fiscais, da infraestrutura espacial. Muita atenção é dada à conexão entre Estado, direito e organização administrativa, assim como (de acordo com uma concepção historicamente materialista) à conexão entre Estado e guerra, isto é, entre organização pública e tecnologia militar.

O que isto poderia ter significado para uma possível reformulação do “princípio orientador” de 1859 – ou seja, a concepção “materialista” da história – só pode ser conjecturado. Ainda isso, isto é claro: no final de seu longo processo de pesquisa, iniciado em 1844, Marx sabe muito bem que nem o desenvolvimento do capitalismo nem o desenvolvimento do Estado moderno – que o condiciona e é condicionado por ele – são unilineares e levam sempre ao mesmo resultado. A consequência para o inacabado *O capital* é que se torna muito mais difícil compreender o “tipo geral” de capitalismo ou desenvolvimento capitalista, “por assim dizer, em sua média ideal”, como Marx formulou confiantemente em seu manuscrito para o terceiro volume de 1864/65<sup>103</sup>. O tipo geral e a média ideal se referiam ao capitalismo da Europa Ocidental, como Marx admitiu na década de 1870<sup>104</sup>. Esta percepção, no entanto, apenas tornava (novamente) mais claro o problema,

---

<sup>103</sup> MEW 25, p. 142, 152, 839; Mega 2 II / 15, p. 144-145 e 805. Em sua edição do terceiro volume de *O capital*, Engels não alterou a precisa formulação dessas passagens presentes no manuscrito original de Marx (cf. texto original de Marx em Mega II / 4.2, pp. 215 e 853).

<sup>104</sup> Ele sabia que o modo de produção capitalista – como ele o descreve em *O capital* – existia em seu tempo apenas excepcionalmente em alguns lugares do globo. Falar do modo de produção capitalista como o dominante, permeando toda a produção social, todas as relações sociais, ainda era sonhar com o futuro em seu tempo. O que Marx disse em 1847 sobre os economistas do período clássico, de acordo com Engels, que eles sabiam mais sobre o futuro do capitalismo do que sobre seu presente, também se aplica a si mesmo (cf. Friedrich Engels, *Der Freihandelskongress in Brüssel*, MEW 4, p. 307; *Speech of Dr. Marx on Protection, Free Trade, and the Working Classes*, Mega 1, vol. 6, p. 430).

não sua solução: como conectar a teoria geral com uma “história conjctural” do capitalismo moderno?

Engels, que afirmou não ter nenhuma máxima, formulou a máxima que Marx e ele próprio seguiram assim que elaboraram o programa de pesquisa da “concepção materialista da história”: “toda a história deve ser novamente estudada”<sup>105</sup>. Isto também se aplica à longa e enredada história do capitalismo, sobre a qual a teoria deve se provar.

---

<sup>105</sup> Engels para Conrad Schmidt, 5 de agosto de 1890. In: MEW 37, p. 436.